



DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE MAIO DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Lino António Marques de Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Ascenso Luís Seixas Simões
 António João Rodeia Machado
 Fernando Santos Pereira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território (Ferreira de Almeida) respondeu à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes) sobre a estratégia do Governo relativamente à SECIL no Parque Natural da Arrábida, tendo ainda prestado esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Luis Rodrigues (PSD), Joel Hasse Ferreira (PS), Isabel Gonçalves (CDS-PP), Alberta Antunes (PS) e Jerónimo de Sousa (PCP). No final, o Sr. Secretário de Estado usou ainda da palavra em resposta à defesa da honra da bancada feita pela Sr.^a Deputada Elisa Ferreira (PS).

O Sr. Deputado João Teixeira Lopes (BE) formulou uma pergunta relativa à intenção do Ministério da Educação de implementar a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica na estrutura curricular do ensino básico e secundário, à qual respondeu a Sr.^a Secretária de Estado da Educação (Mariana Cascais), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Isilda Pegado (PSD), Luisa Mesquita (PCP), Isabel Pires de Lima (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP). No final, a Sr.^a Secretária de Estado respondeu também ao Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP), que usou da palavra em defesa da honra da sua bancada.

A mesma Sr.^a Secretária de Estado respondeu, a seguir, à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) sobre o «sítio» da internet «Ciberdúvidas da Língua Portuguesa», bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais deste Sr. Deputado e dos Srs. Deputados Luiz Fagundes Duarte (PS), Jorge Nuno de Sá (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), tendo o Sr. Deputado Augusto Santos Silva (PS), em interpelação à Mesa, dado um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) inquiriu também a Sr.^a Secretária de Estado sobre a reestruturação do ensino

recorrente no âmbito das novas políticas de actuação do Ministério da Educação. Respondida a pergunta inicial, fizeram pedidos de esclarecimento adicionais os Srs. Deputados Rosalina Martins (PS), Carlos Antunes (PSD), Luisa Mesquita (PCP) e João Teixeira Lopes (BE).

À pergunta sobre qual a solução para o novo hospital distrital de Vila Franca de Xira, formulada pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho (PSD), respondeu o Sr. Secretário de Estado da Saúde (Carlos Martins), que deu ainda esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Luisa Portugal (PS), Alexandre Simões (PSD), Bernardino Soares (PCP) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Sr. Deputado José Junqueiro (PS) formulou uma pergunta relativa à política do Governo para as SCUT, à qual respondeu o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro), que também deu esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Paulo Batista Santos (PSD), Actílio Gala (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), Fernando Serrasqueiro, Nelson Baltazar e José Apolinário (PS).

O mesmo Sr. Secretário de Estado respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Manuel Oliveira (PSD) sobre a construção do IC2 em Santa Maria da Feira, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Afonso Candal (PS), Manuel Cambra (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP).

À pergunta sobre os propósitos do Governo quanto à valorização do património arqueológico, formulada pelo Sr. Deputado Augusto Santos Silva (PS), respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura (José Amaral Lopes), que, por sua vez, também deu esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Gonçalo Capitão (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Luisa Mesquita (PCP) e Fernando Cabral (PS). O Sr. Secretário de Estado respondeu ainda a uma defesa da honra feita pelo Sr. Deputado Augusto Santos Silva (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luis Ribeiro dos Santos
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel dos Santos Alves
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Laurentino de Sousa Esteves
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues

Luis Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luis Manuel Machado Rodrigues
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Mário Patinha Antão
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Victor do Couto Cruz
 Vitor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 João Barroso Soares
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho

José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luisa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaca Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala
 Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 Luís José Vieira Duque
 Manuel de Almeida Cambra
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brândao Rodrigues
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado

Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luis Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje é preenchida com perguntas ao Governo.

A Mesa constata que não foi distribuído aos grupos parlamentares o guião das perguntas devidamente ordenadas. Assim, passo a informar a Câmara quanto à ordem das perguntas a colocar ao Governo.

A primeira pergunta, colocada por Os Verdes, será respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território. A segunda pergunta, colocada pelo Bloco de Esquerda, será respondida pela Sr.^a Secretária de Estado da Educação. A terceira pergunta, do PCP, será igualmente respondida pela Sr.^a Secretária de Estado da Educação, tal como a quarta pergunta, que será colocada pelo CDS-PP. A quinta pergunta, do PSD, será respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas o qual responderá, ainda, à sexta pergunta, a colocar pelo PS, bem como à sétima pergunta, do PSD. A oitava e última pergunta, do PS, será respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura.

Posto isto, relembrar os termos regimentais em que decorrerá esta sessão de perguntas ao Governo.

O Deputado interpelante dispõe de 3 minutos para fazer a sua pergunta, após o que o membro do Governo responderá por tempo igualmente não superior a 3 minutos. De seguida, os Deputados que pretendam pedir esclarecimentos adicionais disporão de tempo não superior a 1 minuto, à excepção do primeiro pedido de esclarecimento adicional, que será feito pelo Deputado interpelante, o qual disporá de 2 minutos. Finalmente, o Governo dispõe de um total de 10 minutos para responder ao conjunto das questões colocadas. Acresce que o tempo global máximo para as questões suscitadas pela pergunta inicial não pode ultrapassar 20 minutos.

Para formular a primeira pergunta, sobre a estratégia do Governo relativamente à SECIL no Parque Natural da Arrábida, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, ao longo dos anos e até recentemente, foram diversos os contactos relativamente à SECIL e ao Parque Natural da Arrábida que Os Verdes estabeleceram com vários agentes da região de Setúbal — da indústria ao comércio, à agricultura, às pescas, ao turismo, aos sindicatos. Não encontrámos ninguém que entendesse que o Parque Natural da Arrábida está bem com

a SECIL ou que esta última está bem situada no Parque Natural da Arrábida.

O estado em que a SECIL tem deixado a Arrábida ao longo dos anos, com a exploração das pedreiras, que abrem verdadeiras crateras por entre uma riqueza de biodiversidade, é um espectáculo deplorável e confrangedor.

Hoje, percebe-se que se trata de uma perda irreparável a vários níveis. Hoje, percebe-se que não há plano de reflorestação, de recuperação paisagística que, pelas características da exploração por socalcos, consiga reconstituir, pelo menos, alguma harmonia paisagística naquela serra.

A actividade da SECIL, com a extracção de inertes, tem constituído o maior foco de degradação do Parque Natural da Arrábida.

É verdade que a SECIL está instalada naquela área desde os anos 40 e que a Arrábida só foi classificada em 1976. A empresa já lá estava em actividade. Pois sim, mas a intensidade da sua exploração é hoje incomparável, porque muito maior e muito mais agressiva, até nos métodos de extracção da pedra.

Para além disso, a partir do momento em que a área foi classificada, deveria ter-se repensado a estratégia de laboração e de permanência da SECIL na Arrábida, com vista à preservação e à valorização do Parque Natural.

Certo é que os sucessivos governos actuaram sempre precisamente no sentido contrário. Vou dar dois exemplos.

Na segunda metade da década de 80, o governo do PSD cometeu um dos maiores erros relativamente a esta questão. Procedeu à revisão do contrato de exploração com a SECIL, tendo aumentado a cota e a área de exploração, estabelecendo que o limite temporal da actividade da empresa apenas estaria condicionado ao ritmo e à intensidade de exploração. De acordo com os cálculos da própria SECIL, a empresa poderá continuar a exploração por mais 40 anos, ao ritmo actual, a contar do início do novo século.

Em segundo lugar, há bem pouco tempo, o governo do Partido Socialista pretendia cometer outro dos maiores crimes no Parque Natural da Arrábida: adicionar a co-incineração à actividade da SECIL, garantindo dessa forma a permanência desta indústria *ad aeternum* no Parque Natural da Arrábida.

Ora, estamos perante um novo governo.

Assim, Os Verdes pretendem saber se, afinal, este Governo vai assumir como objectivo político a necessidade da retirada da SECIL do Parque Natural da Arrábida. É evidente que esta é uma questão que não se concretiza de hoje para amanhã. Implica conversações, renegociações, criação de alternativas aos interesses da própria empresa, garantia dos direitos dos trabalhadores, etc.

Ora, numa altura em que se prepara a candidatura do Parque Natural da Arrábida à classificação, pela UNESCO, como património natural mundial, o Governo vai ou não assumir que o inicio das negociações para a saída da SECIL daquele Parque Natural são um compromisso seu para com a região e as populações de Setúbal?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, dispondo de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território (Ferreira de Almeida): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, disse V. Ex.^a que não encontrou ninguém que entendesse que o Parque Natural da Serra da Arrábida

e a SECIL se conjugam bem. Também não encontrará alguém do Governo que entenda que ambos se conjugam.

A verdade é que a SECIL existe. Como V. Ex.^a disse, já existia antes da classificação daquela zona como área protegida e o que o Governo tem de fazer é minorar as consequências e, eventualmente, encontrar o caminho para, o mais aceleradamente possível, compatibilizar o Parque Natural com aquela área que se pretende o mais possível recuperada.

Muito brevemente, direi a esta Câmara o que são as intenções do Governo nesta matéria.

Em primeiro lugar, o Governo pretende acelerar o processo de recuperação paisagística das zonas ocupadas pela via húmida, acelerando o processo de desmantelamento de instalações, localizadas junto aos planos de água, que já não operam.

Em segundo lugar, o Governo pretende acompanhar e apoiar a aceleração dos processos de recuperação paisagística das pedreiras.

O Governo pretende, ainda, negociar com a SECIL no sentido de uma clara definição do plano de operação.

Fui encontrar um estudo, elaborado pela Universidade Nova, que aponta para que, ao ritmo actual de exploração das pedreiras, o prazo de operação será de 20 anos. Assim, em conjunto com a SECIL, vamos procurar encontrar os meios para, pelo menos, fixar em 20 anos o prazo de exploração das pedreiras.

No entanto, também temos a intenção de valorizar o Parque Natural e posso anunciar desde já que a intenção do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente é a de acelerar os trabalhos de alargamento do Parque a outras zonas com as mesmas características ambientais, com os mesmos valores naturais geomorfológicos, por forma a proteger outras áreas com características idênticas.

Esta é, Sr.^a Deputada, a política do Governo relativamente a esta matéria, sendo certo que estamos conscientes do que significa a SECIL para o Parque mas também estamos conscientes das razões várias, que VV. Ex.^a conhecem, da inevitabilidade de a SECIL se manter no Parque.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para formularem pedidos de esclarecimento adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Heloísa Apolónia, Luís Rodrigues, Joel Hasse Ferreira, Isabel Gonçalves, Alberto Antunes e Jerónimo de Sousa.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, para o que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, na última parte da sua resposta, referiu a palavra «inevitabilidade», que creio resumir o pensamento do Governo relativamente a esta matéria.

Ora, creio que essa palavra não se coaduna minimamente com o que os senhores andaram a dizer durante as campanhas eleitorais, quer para as autárquicas quer mesmo mais tarde, para as legislativas.

É que, durante as referidas campanhas eleitorais, os senhores, com toda a facilidade, comprometeram-se perante a população do distrito de Setúbal, quanto à seriedade da vossa acção na prossecução do objectivo político de retirada da SECIL da Arrábida.

Na campanha eleitoral para as autárquicas, foi o próprio PSD que assumiu claramente aquele compromisso. Já

durante a campanha para as legislativas, uma vez suscitada a questão sob a óptica da postura demagógica quanto a esta matéria assumida pelo PS enquanto foi governo, o PSD juntou de imediato a sua voz aos protestos que então se fizeram ouvir, tendo referido a retirada da SECIL como uma necessidade para a valorização do Parque Natural da Arrábida.

Portanto, a palavra «inevitabilidade» deixa-nos verdadeiramente preocupados relativamente às intenções do Governo quanto a esta matéria.

É que o Sr. Secretário de Estado falou em minimização dos efeitos, em compatibilização das actividades da empresa com a preservação do Parque, o que é algo que, de facto, não se coaduna, como bem se tem verificado perante a acção dos sucessivos governos.

Há, de facto, estudos que apontam para mais 20 anos de permanência da SECIL no Parque Natural da Arrábida, mas há também outros que referem precisamente o dobro do tempo, mais concretamente 40 anos. Portanto, Sr. Secretário de Estado, na verdade, tudo depende da vontade da SECIL, dos respectivos interesses, do ritmo e da intensidade de exploração.

Na nossa perspectiva, há, pois, que ter a vontade política de assumir como objectivo querer ou não a valorização efectiva do Parque Natural da Arrábida.

É que, Sr. Secretário de Estado, há pessoas que, quando saem de suas casas, deparam com uma verdadeira cratera à porta, têm a casa toda rachada devido à intensidade dos rebentamentos e à passagem diária de camiões carregados de pedra e que não compreendem o que é viver numa área protegida.

De facto, não há quem entenda em que consiste a estratégia de valorização daquele Parque.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rodrigues, dispondo de 2 minutos.

O Sr. Luís Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o distrito de Setúbal tem enormes potencialidades mas também grandes problemas. Ao nível ambiental, os recursos naturais são de uma riqueza ímpar.

Desde os estuários do Tejo e do Sado, passando pela frente de praias da Costa da Caparica até ao Cabo Espichel, pelo triângulo florestal Seixal-Sesimbra-Azeitão e terminando no litoral alentejano, a riqueza natural é uma potencialidade ainda não explorada em prol da população da Área Metropolitana de Lisboa e do distrito de Setúbal.

A serra da Arrábida assume um papel cimeiro neste contexto, sendo caso único no património natural do País. No entanto, neste cenário, muitos problemas ambientais persistem e podem ter tendência a agravar-se. Muito há a fazer no sentido de diminuir e eliminar os impactes negativos destes problemas.

O Partido Socialista, que esteve no governo seis anos, tentou aumentar e perpetuar alguns desses problemas, decidindo avançar com a co-incineração na cimenteira da Arrábida. Felizmente, o PSD, que sempre foi contra este processo, venceu as eleições legislativas e formou governo juntamente com o CDS-PP, tendo acabado com o processo de co-incineração.

A política ambiental do Partido Socialista pode ser retratada no caso que passo a descrever.

O Sr. Eng.^o José Sócrates, na altura Secretário de Estado do Ambiente, conhecedor de diversos locais onde exis-

tiam depósitos de resíduos industriais ilegais, decidiu convocar a comunicação social para anunciar a resolução desses mesmos problemas. Realmente, no que diz respeito às «lagoas» de hidrocarbonetos, em Vale de Milhaços, em Poço do Talaminho e em Foros da Catrapona, a comunicação social afirmou que «o equipamento estava lá para as câmaras de televisão» e o Sr. Eng.^o José Sócrates, agora Deputado, também estava. Só que, no dia seguinte, o Sr. Eng.^o José Sócrates foi-se embora, o equipamento desapareceu e a comunicação social nunca mais apareceu. O problema manteve-se até hoje.

Esta encenação para as câmaras de televisão passou-se em 8 de Agosto de 1997, em pleno período de pré-campanha para as autárquicas.

Não é com certeza esta política virtual de televisão que o PSD quer para o ambiente no distrito de Setúbal e no País!

Relativamente à serra da Arrábida, o Grupo Parlamentar do PSD é de opinião de que, para além destes problemas ambientais causados pela exploração das pedreiras que alimentam a unidade industrial da SECIL no Outão, existe uma questão de grande relevância que tem a ver com a riqueza paisagística natural desta região. Penso que o Sr. Secretário de Estado já abordou este problema, que tem a ver com o alargamento do perímetro desta...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, o Governo entende ou não ser necessário alargar os limites do Parque Natural da Arrábida a outras áreas do concelho de Sesimbra onde existem pedreiras, nomeadamente o sítio Arrábida-Espichel,...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, desculpe, mas tem mesmo de terminar a pergunta, pois já excede os 2 minutos de que dispunha!

O Orador: — ... dotando-as do mesmo regime de protecção das áreas que actualmente integram o Parque?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o limite de tempo. Esta sessão de perguntas é longa, pelo que peço o favor de não excederem os tempos regimentalmente previstos.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, saúdo-o, tendo em conta, nomeadamente, o tempo de lutas convergentes e idênticas que travámos durante anos. E quero também saudar a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia pelo interesse da questão que colocou.

Durante a campanha eleitoral, o que propusemos foi o estabelecimento de um pacto entre todos os partidos para a negociação da cessação da unidade cimenteira da SECIL no Parque Natural da Arrábida.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Que grande demagogia!

O Orador: — Demagoga é V. Ex.^a!

Os Deputados Paulo Pedroso e Alberto Antunes, que se encontram ao meu lado, reafirmaram isso no Hotel Esperança — um bom nome, que Os Verdes esqueceram —, em Setúbal.

As questões, hoje, são as que passo a enunciar. O Sr. Secretário de Estado parece não estar disponível para analisar os eventuais custos económicos da deslocalização da unidade cimenteira da SECIL no Parque Natural da Arrábida. O PSD, pela voz do presidente da distrital, a mesma distrital que punha *outdoors* a dizer «SECIL fora da Arrábida já!», engole o «já», pois, para ele, é daqui a 20 anos! Isto é uma vergonha, Engº Luís Rodrigues!

Aplausos do PS.

É preciso lembrar que foi o governo do PSD, do Prof. Cavaco Silva — e, com o que este Governo está a fazer, quase já há portugueses com saudades de Cavaco Silva! —, que prolongou e alargou os direitos de exploração da SECIL na Arrábida e que foi o PS que iniciou o levantamento da fábrica velha.

Não se venha com a demagogia da co-incineração! Ali, a co-incineração não foi estabelecida pelo governo, mas pela Comissão Científica Independente, criada por esta Assembleia!

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Quem é que decidiu sobre a co-incineração?!

O Orador: — Portanto, Os Verdes que abandonem a sua posição ridículamente centrista e percebam que o PS já não está no Governo, coisa que o Sr. Engº Luís Rodrigues também ainda não percebeu! Se ainda não percebeu aqui, vá a Setúbal e veja que já está uma amiga sua no Governo Civil!

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que este problema é muito importante e que assumimos este compromisso no quadro do pacto entre os partidos, compromisso esse que foi apoiado num debate público na rádio, em Azeitão, para todo o distrito, com o Sr. Dr. Miguel Frasquilho, Secretário de Estado deste Governo! Ou será que essa promessa do Dr. Miguel Frasquilho, cabeça de lista do PSD em Setúbal é como o choque fiscal, que é para cumprir daqui a dois ou três anos, ou seja, para cumprir daqui a 20 ou 30?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, é certo que no Parque Natural da Arrábida está em funcionamento uma das maiores fábricas de cimento em Portugal — a da SECIL. É certo que, nos objectivos de política ambiental escritos da SECIL, podemos perceber até que ponto esta empresa teria algum interesse em obter um desempenho ambiental cada vez mais elevado — aliás, verificou-se algum esforço na recuperação das pedreiras e na zona de desmonte da rocha —, mas também é certo que ela continua a laborar num parque natural, produzindo efluentes de variada natureza.

Já aqui foi dito que quer o PS, quer o PSD, quer o CDS-PP chegaram a um compromisso, em época eleitoral, e todos entenderam que a SECIL deve sair da Arrábida, em virtude da futura candidatura da serra da Arrábida à lista de património mundial.

A nossa pergunta, muito concreta, e para que fiquemos sem dúvidas — sendo que, para já, há uma dúvida que não temos e ficamos satisfeitos pelo compromisso de nos termos livres da co-incineração no Outão —, é a de saber, na perspectiva de um efectivo desenvolvimento sustentável para aquela zona, qual é a estratégia do Governo relativamente à existência, e durante quanto tempo, de uma cimenteira num parque natural.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Igualmente para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Antunes.

O Sr. Alberto Antunes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, de facto, como já aqui foi dito pelo meu colega Joel Hasse Ferreira, o PS assumiu, na campanha eleitoral, um pacto para se estudar a necessidade de um prazo para a retirada da SECIL da Arrábida.

O Sr. Secretário de Estado veio aqui dizer-nos que iam acelerar o processo de demolição da fábrica velha, processo esse que foi iniciado e acordado com a SECIL pelo governo do Partido Socialista. Considerando as posições que o seu partido assumiu no distrito, em campanha eleitoral, quer para as autárquicas, em que exigia a retirada imediata da SECIL, quer para as legislativas, onde se associou ao pacto proposto pelo Partido Socialista, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado em quanto tempo é que vai reduzir o acordo que o PS celebrou com a SECIL para o desmantelamento. Vai reduzir a metade, a um quarto do tempo ou não vai reduzir em nada e, portanto, o que vai acontecer é a continuação, nos seus trâmites normais, de uma obra iniciada pelo governo do PS?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, manifeste-lhe os agradecimentos da Mesa, tal como à Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves, por terem pougado algum tempo nesta ronda de perguntas.

A última inscrição para pedir esclarecimentos adicionais é a do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, a quem dou desde já a palavra.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Inscreveu-se depois do tempo!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Não, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, inscreveu-se no momento que está destinado a esse efeito para todos os Srs. Deputados.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — E foi anunciado!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a questão da SECIL assumiu, particularmente nesta campanha eleitoral, uma grande visibilidade, tendo em conta o problema da co-incineração.

Naturalmente, surgiu como que uma miraculosa proposta por parte do partido que sustentava o governo de então, descobrindo a ideia de um pacto em que se resolvia o problema da co-incineração acabando com a SECIL. Percebia-se a intenção: era uma resposta de «fuga para a frente» (ou para o lado, se quisermos), mas creio que a

questão da co-incineração não está presente nesta pergunta. Isso mereceria, naturalmente, uma discussão mais aprofundada e levar-nos-ia a perguntar ao PSD e ao Governo o que pensa da sua proposta quando referia a alternativa da co-incineração pela chamada co-incineração dedicada, como aqui seria feito, mas que creio estar deslocado neste debate.

Tendo em conta que está estabelecida a contradição entre interesses económicos, sociais e ambientais, consideramos que também temos de resolver o problema da SECIL, mas num quadro de negociações, de envolvimento de organizações, de instituições, de interesses legítimos que estão criados, tanto no plano da empresa, como no plano da região, como no plano laboral e social.

Ouvindo o Sr. Secretário de Estado, parece haver alguma garantia, particularmente em relação à recuperação paisagística das pedreiras, mas não percebi o seguinte: há *timings*, há projectos concretos? Poderá o Sr. Secretário de Estado esclarecer aqui esta questão com mais clareza?

Quanto a mais 20 anos de exploração das pedreiras, creio tratar-se de um problema sério, já que a exploração que hoje é feita não é igual à das décadas de 40 ou 60 e, tendo em conta os avanços tecnológicos, corremos o risco de um esventramento total da serra da Arrábida. Nesse sentido, pergunto como é que o Governo, mais do que fazer declarações de intenções, está a pensar retomar, reiniciar essas negociações com a SECIL.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, dispondo do tempo global de 10 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário Adjunto e do Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia, V. Ex.^a não fez propriamente uma pergunta, mas antes considerações adicionais relativamente ao que tinha dito, as quais me parecem estar já respondidas pela minha intervenção inicial.

Acrescentarei, todavia, relativamente aos estudos, que conhece e de que tenho nota, que apontam para prazos de vida da exploração de pedreiras na ordem dos 40 a 50 anos, que esses estudos são da responsabilidade da SECIL, e isso só seria possível se, eventualmente, o Governo consentisse na alteração dos pressupostos do licenciamento da exploração das pedreiras.

Posso aqui garantir, em nome do Governo, que não haverá alteração dos pressupostos de licenciamento do plano de lavra. Como tal, o Governo compromete-se a não autorizar qualquer alteração do aprofundamento além da cota 120, que é a que está licenciada. Os estudos que estão feitos relativamente ao tempo de durabilidade previsível da exploração e, portanto, da própria operação da unidade fabril, têm em atenção estudos da Universidade de Lisboa, que julgo credíveis e que poderão ser confirmados pelo meu excellentíssimo antecessor, os quais apontam para, num ritmo de exploração previsível, em termos do consumo de cimento pelo mercado, prazos da ordem dos 20 anos.

Assim, aquilo a que o Governo se compromete é a convencionar com a SECIL, o que não está feito, um prazo final de laboração e um plano claro e eficaz de recuperação do que restar da unidade.

Sr. Deputado Luís Rodrigues, ouvi atentamente as suas considerações e concordo plenamente com elas. Aliás, eu próprio anunciei, na intervenção inicial, a intenção, já concretizada em instruções claras aos serviços, de se iniciarem os estudos para o alargamento do Parque, pois o Governo considera que há áreas contíguas ao mesmo que já têm, de alguma forma, uma classificação que justifica um regime jurídico de protecção idêntico ao que está estabelecido para o Parque Natural da Arrábida.

Há a intenção de estudar, com brevidade, a hipótese de inclusão da faixa litoral da Arrábida ao cabo Espichel, sendo certo que isso até é coerente com a circunstância de esta faixa de litoral, e designadamente de planalto, pelas suas características constar já, como sabe, da Lista Nacional de Sítios. Além disso, esta é a oportunidade que o Governo tem de, através desse regime legal de protecção, melhor actuar, designadamente na recuperação das pedreiras existentes no concelho de Sesimbra, por exemplo. Iniciaremos esses estudos e esperamos concluí-los em breve.

Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, folgo em saber que V. Ex.^a tem tanto orgulho no seu passado como eu no meu e cumprimento-o por isso.

O Sr. Deputado fez comentários relacionados com as campanhas eleitorais, mas o que é aqui questionado é a estratégia do Governo relativamente à SECIL e ao Parque Natural da Arrábida. Sobre essa matéria — e já que foi o senhor a falar na co-incineração, e não eu —, dir-lhe-ei que o Governo deu o primeiro passo para garantir que, para além do prazo normal de exploração das pedreiras até à cota estabelecida, não haverá mais SECIL. Haveria SECIL, certamente, se o Governo coonestasse a intenção do governo anterior de se servir da unidade da SECIL para a co-incineração — então, sim, teríamos SECIL por muito mais tempo!

Aplausos do PSD.

Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves, o Governo está plenamente de acordo com o que afirmou. Entendemos, pois, que é importante acelerar os processos de requalificação das áreas que já não têm prédimo industrial.

Mas, sendo certo que o Governo encontrou um estudo, um projecto de desmantelamento da unidade da via húmida, que já não tem qualquer prédimo — isso é confirmado pela própria SECIL —, ao contrário do que sugeriu o Sr. Deputado Alberto Antunes, esse estudo é de 2000 e, ao que me consta, desde então o governo anterior não fez rigorosamente nada.

O Sr. Alberto Antunes (PS): — Está enganado! V. Ex.^a não viu porque, se tivesse visto, não dizia isso!

O Orador: — Este Governo dará curso a esse estudo e, com os apoios que já estarão garantidos à SECIL, procurará, no domínio do desempenho ambiental, quer na nova instalação industrial, quer na recuperação paisagística das pedreiras, quer, eventualmente, na recuperação paisagística após o desmantelamento da unidade industrial, garantir a melhoria das condições, designadamente paisagísticas, daquela zona do território.

Sr. Deputado Alberto Antunes, respondendo quer à sua pergunta quer ao seu aparte, quero, pois, dizer-lhe que é intenção do Governo começar a efectivar a demolição da fábrica velha! E repito que o estudo que encontrei no meu

gabinete é de 2000, com despacho do Sr. Secretário de Estado de então no sentido, julgo eu, de concordar com que se iniciassem esses trabalhos, mas toda a gente que lá passa vê o que lá está!

Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, quero garantir-lhe que há *timings*, que há propostas concretas, e, para ser justo, dir-lhe-ei que há algumas propostas que foram avaliadas pelo anterior governo a que este Governo dará continuidade, designadamente aos planos de ordenamento e de requalificação das pedreiras. Pela avaliação que pude fazer, julgo que as intervenções de recuperação paisagística das pedreiras feitas nos últimos 15 anos foram de mérito.

O plano de recuperação para os próximos 15 anos, proposto pela SECIL e aprovado pelo Governo, permitirá recuperar boa parte dessa área. Haverá, a partir das negociações que estabeleceremos de imediato com a SECIL, prazos para o desmantelamento das antigas instalações. O Governo, nessa matéria, tem intenções claras no sentido de, não podendo, como é óbvio, «desaparafusar» a fábrica, não podendo retirá-la dali, como todos desejariam, pelo menos minorar, e minorar com eficácia, os efeitos negativos que a sua presença e a presença das pedreiras e da respectiva exploração provocam.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Conclusão: as promessas eleitorais não vão ser cumpridas!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — A Sr.^a Deputada Elisa Ferreira pediu a palavra para defesa da honra e consideração da sua bancada. Peço-lhe que informe a Mesa de qual a expressão utilizada pelo Sr. Secretário de Estado que considerou ofensiva.

A Sr.^a Elisa Ferreira (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

A bancada do PS considera que a mistura abusiva que foi feita entre o processo de requalificação da cimenteira e a questão da co-incineração ofende o princípio fundamental pelo qual nos regemos, que é o de considerar que são dois assuntos totalmente diferentes.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elisa Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, folgo muito em saber que o Governo vai continuar o trabalho que herdou do governo passado, nomeadamente os estudos científicos que foram feitos relativamente ao processo de desmantelamento da fábrica velha, que já foi, inclusivamente, iniciado no governo anterior.

Contudo, não podemos ficar calados perante a confusão que o Governo, através do Sr. Secretário de Estado, parece querer manter relativamente àquilo que são consequências do caso vertente para o País e a adopção do processo de co-incineração. Sr. Secretário de Estado, substituir o combustível da cimenteira por resíduos que estão neste momento abandonados e que são um perigo público nacional não tem nada a ver com a continuação ou o termo do processo de laboração da fábrica porque, se há uma característica, para além de muitas outras, que o processo de co-incineração tem, é a de que ele é o único que é totalmente compatível com o processo de redução dos resíduos e compatível também com a extinção ou desmantelamento das unidades que utilizam actualmente

petróleo e *crude* para fazerem o aquecimento dos seus fornos.

Portanto, Sr. Presidente e Sr. Secretário de Estado, aquilo que quero dizer, de uma forma muito clara, é que basta — fica mal ao País — de tratar o processo de co-incineração com tanto primarismo, de confundir um processo que está a ser utilizado em todo o mundo desenvolvido para eliminar perigos reais para a saúde pública e de, a propósito seja do que for, fazer todas as confusões relativamente a um processo que é equilibrado, que é um processo moderno e, sobretudo, que é um processo que resolve um dos grandes problemas com que o País se confronta.

A opção do Governo actual relativamente à questão dos resíduos industriais perigosos, essa sim, é de uma enorme inconsequência, é de uma enorme falta de responsabilidade. Aguardaremos que o Governo decida o que é que quer fazer com os resíduos que, neste momento, constituem um perigo iminente para a saúde pública. Misturar isso com o processo de desmantelamento de fábricas é absolutamente absurdo, pelo que peço ao Governo que não faça misturas destas, porque fica mal ao País e fica mal aos governantes de um país desenvolvido e europeu.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território: — Sr. Presidente, certamente que a Sr.^a Deputada esteve atenta à minha intervenção inicial, pelo que, por certo, reparou que não falei em co-incineração. Quem trouxe a debate o problema da co-incineração foi o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira. Eu só me referi a essa questão porque, no pedido de esclarecimento que me foi dirigido pelo Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, foi chamada à colação a questão da co-incineração.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Olhe que não, olhe que não!

O Orador: — Sr.^a Deputada, não vejo em que é que a referência que eu fiz tenha ofendido a honra da sua bancada, mas, de todo o modo, sempre lhe diria que esse é um debate que não quero fazer, que não tem sentido que se faça no âmbito da questão que foi colocada — nesse aspecto concordo consigo. V. Ex.^a tem o direito parlamentar de provocar esse debate quando bem entender, no qual, certamente, estará presente o Sr. Ministro, e, se ele o entender, o respectivo Secretário de Estado, para responder sobre essa matéria.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Antes de passarmos à segunda pergunta, informo a Câmara de que estamos perante o seguinte problema: com esta primeira pergunta consumimos cerca de 45 minutos, havendo ainda sete outras perguntas para debater. Isto significa que a Mesa vai ser extremamente rigorosa nos tempos que foram definidos em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares e, se verificarmos que, mesmo assim, não conseguimos debater, em tempo razoável, nesta manhã, o conjunto das perguntas, teremos de, em relação aos esclarecimentos adicionais, regressar ao que estatui o

artigo 241.º do Regimento, ou seja, reduzir para 1 minuto o tempo das perguntas adicionais além da do Deputado interpelante. Em todo o caso, a Mesa vai manter para já a decisão da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares relativamente aos 2 minutos, mas será extremamente rigorosa.

A segunda pergunta, formulada pelo BE, a que irá responder a Sr.ª Secretária de Estado da Educação, é relativa à intenção do Ministério da Educação de implementar a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica na estrutura curricular do ensino básico e secundário.

Para formular a pergunta, pelo tempo máximo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.º e Srs. Deputados, presumo que hoje não seja um dia muito calmo para a Sr.ª Secretária de Estado nem para o Ministério da Educação, dadas as notícias vindas a lume a propósito quer da demissão dos directores de departamento dos ensinos básico e secundário, quer mesmo a propósito de grandes preocupações reveladas pelo Conselho de Reitores e pelos responsáveis do ensino politécnico no que diz respeito a deficiências na Acção Social Escolar. De qualquer forma, vamos à pergunta.

Segundo fontes do Secretariado Nacional da Educação Cristã, existe um processo de negociações em curso entre a Igreja Católica e o Governo sobre a inclusão da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica no ensino básico e secundário. Segundo as mesmas fontes, que, aliás, foram citadas na comunicação social, a Igreja Católica pretende a inclusão de Religião e Moral como disciplina na revisão curricular do ensino básico e secundário em opção a outra disciplina, considerando que «não faz sentido que, na situação actual, optem entre essa disciplina e nada». Considera ainda esse responsável que, na situação actual, os estudantes vêm a tal disciplina como uma sobrecarga, não a escolhendo. Ora, parece-nos, a nós, defensores que somos da laicidade do ensino e do seu carácter não confessional, que o Governo não tem, necessariamente, de ter preocupações a esse respeito — e espero que não tenha. De facto, as preocupações pertencem, legitimamente, à Igreja Católica mas não devem ser assumidas pelo Governo.

Em relação a esta questão, gostava também de manifestar que a Assembleia da República deverá — e fazemos um apelo à Sr.ª Secretária de Estado nesse sentido — ser informada sobre se tais negociações existem, em que ponto estão, e, precisamente porque elas, segundo a mesma fonte, estão a ser bem sucedidas e as reivindicações estão a ser bem acolhidas, gostaríamos de saber se o Governo vai colocar a Educação Moral e Religiosa Católica como alternativa ou como disciplina optativa à Educação Cívica ou à Educação para a Cidadania (esta, sim, deveria ser uma cadeira obrigatória), porque não nos parece que esse seja um bom caminho. Hoje em dia, como é sabido, cada vez mais, os jovens, em particular, têm uma relação individualizada com o sagrado, sem mediações — sem a mediação das igrejas, das hierarquias das igrejas e dos seus dogmas. Essa é uma tendência das sociedades contemporâneas.

Trata-se de uma questão que, obviamente, pode e deve preocupar a Igreja Católica mas que não tem de preocupar o Estado. Por isso mesmo, gostaríamos que, em particular, enquadrando também o que diz respeito à discussão

da revisão da Concordata, nos fossem prestados esclarecimentos cabais sobre este assunto, designadamente quanto à garantia da laicidade do ensino.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Educação.

A Sr.ª Secretária de Estado da Educação (Mariana Cascais): — Sr. Presidente, Sr.º Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, gostaria de começar por lhe dizer que não estou excessivamente preocupada. Em primeiro lugar, porque tudo aquilo que se refere ao Conselho de Reitores não me diz directamente respeito, embora diga respeito, necessariamente, a todo o Governo. Em segundo lugar, porque, em relação às demissões que recebemos, creio que se devem tão-só à honestidade intelectual dos directores que tinham sido nomeados pelo anterior governo.

Devo também dizer que o Governo sabe, tal como o senhor sabe, que a Lei de Bases do Ensino diz claramente, no seu artigo 2.º, que o ensino público no nosso país não será confessional — sabemo-lo todos. Sabemos também que Portugal vive numa situação de democracia e de liberdade e que há uma assumpção de responsabilidade do Governo português, concretamente pelo Decreto-Lei n.º 323/83 e pela Portaria n.º 333/86, no sentido de acompanhar aquilo que é internacionalmente assumido, de respeitar ou de, de alguma forma, consignar a disciplina de educação moral e religiosa como um direito e como uma disciplina curricular.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, consideramos ainda que, através dos Decretos-Leis n.º 6 e 7, de 2001, ou seja das revisões curriculares dos ensinos básico e secundário, esta situação foi relegada não para segundo plano, mas para planos surreais, uma vez que a educação moral e religiosa passou exactamente para um plano não curricular ou extracurricular — como lhe queira chamar. Isto significa que seria integrada em horários que estão fora dos tempos lectivos normais, o que implicaria que os alunos o entendessem como uma sobrecarga e, como tal, necessariamente não iriam escolher a disciplina, até porque sobrecargas demasiadas têm eles pelos horários excessivos que têm sido criados pelos governos anteriores.

Portanto, esclarecendo a Assembleia, devo acrescentar aquilo que o Sr. Deputado João Teixeira Lopes me perguntou que, naturalmente, há negociações em curso. Não percebo por que é que não deveria ser uma preocupação deste Governo — deveria ser de todos os governos — um tema que diz respeito a uma grande parte dos cidadãos de Portugal. Penso que todos os problemas dos cidadãos portugueses são efectivamente problemas do Governo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Não vejo, pois, por que é que o Governo haveria de descurar este problema.

E, como o Governo se preocupa com este problema, devo dizer que estamos em negociações com o Patriarcado. Contudo — e o Patriarcado sabe-o tão bem quanto nós —, não é apenas o Patriarcado o único parceiro a quem este problema interessa. Estas negociações não se resolvem em

dois tempos, implicam o contacto com outros parceiros, nomeadamente com as associações de pais e com os dirigentes das escolas.

Portanto, repito, estamos em negociações e consideramos que não há nenhuma razão para que esta disciplina passe a ser extracurricular quando as disciplinas de Educação para a Cidadania, Educação Ambiental, Educação Sexual, etc., tendem cada vez mais a serem curriculares.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Secretária de Estado, tem de terminar. Depois pode prosseguir a sua resposta no tempo global final que tem à sua disposição.

A Oradora: — Com certeza, Sr. Presidente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Inscreveram-se, para prestar esclarecimentos adicionais, para além do Sr. Deputado João Teixeira Lopes, os Srs. Deputados Isilda Pegado, Luísa Mesquita, Isabel Pires de Lima e João Pinho de Almeida.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes pelo tempo máximo de 2 minutos.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr.^a Secretária de Estado, não pode colocar ao mesmo nível disciplinas como Educação Cívica, Cidadania, Educação Sexual e educação moral e religiosa católica. Vai-me desculpar, mas isso é uma machadada precisamente naquilo que afirmou anteriormente a propósito de o Estado não ser confessional.

Nem a Sr.^a Secretária de Estado, nem o Governo, nem o Patriarcado podem querer impor ao conjunto da população portuguesa aquilo que é opção, certamente maioritária, de uma parte dessa população. Por isso, actualmente, a disciplina não é curricular.

Gostaria, pois, de saber, porque a Sr.^a Secretária de Estado não o disse, se o Governo vai considerar essa disciplina como sendo de frequência obrigatória. Porque, se assim for, estaremos a assistir a uma violação claríssima — repito, claríssima! — da laicidade do Estado.

E, Sr.^a Secretária de Estado, permitir-me-a enfatizar que, de facto, cometeu, a meu ver, um erro crasso ao considerar equivalentes disciplinas como Educação Moral e Religiosa Católica, Educação Sexual e Cidadania. É uma perspectiva ideológica que não cabe na laicidade do Estado.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Agradeço ao Sr. Deputado por ter cumprido o seu tempo, ajudando assim a Mesa.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isilda Pegado.

A Sr.^a Isilda Pegado (PSD): — Sr. Presidente, nesta minha primeira intervenção permita que comece por cumprimentar V. Ex.^a e toda a Mesa, a quem saúdo e louvo por estes trabalhos, cumprimentos que torno extensivos a todos os meus colegas com quem já vai sendo um enorme prazer trabalhar.

Srs. Membros do Governo, em VV. Ex.^a deposito também as esperanças daqueles que em nós votaram. O nosso bem-hajam!

Questionados sobre o ensino de Educação Moral e Religião Católica, sentimos como imperativo apontar quatro vectores que devem nortear esta matéria.

Em primeiro lugar, parece hoje inquestionável e certificado pelas diferentes áreas do conhecimento, empiricamente provado por quase cinco milénios de história, que da natureza humana faz parte a preocupação com o sobrenatural.

O homem, meus senhores e minhas senhoras, é o único nível da natureza em que esta toma consciência de si própria.

Em segundo lugar, da identidade portuguesa faz parte o cristianismo. Portugal nasce de um facto cristão: as cruzadas. Nestes quase nove séculos de história o cristianismo esteve presente na arte, no pensamento, nas escolas, nos hospitais, nas bibliotecas. Enfim, é elemento intrínseco da identidade e da história nacional. Afirmá-lo é um imperativo de realismo.

Em terceiro lugar, educar é criar. Cabe aos pais o direito de escolher a educação dos seus filhos. Cabe ao Estado respeitar o direito dos pais a assegurar a educação, incluindo a religiosa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Educar para a liberdade é dar. Dar para que no futuro possa haver comparação e escolha e assim possamos ser homens livres.

Em quarto lugar, o imperativo constitucional que reconhece, aliás na linha da Declaração Universal dos Direitos do Homem,...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas já ultrapassou o seu tempo, pelo que tem de terminar a sua intervenção de imediato.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Na linha constitucional dos diversos ordenamentos internacionais, nomeadamente da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a Constituição reconhece o direito ao ensino religioso sistemático garantido pelo Estado.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, tem mesmo de terminar.

A Oradora: — Sr. Presidente, é que sou novata nestas coisas.

Risos.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, desculpe, mas tem mesmo de terminar.

A Oradora: — Com certeza, Sr. Presidente.

Terminando, pergunto à Sr.^a Secretária de Estado o que é que pretende fazer dos Decretos-Leis n.^o 6/2001 e 7/2001, que, ao arrepio de tudo o já exposto, vem retirar ao ensino da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica o peso que esta tinha na formação dos nossos jovens e na formação dos futuros jovens de amanhã.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, gostaria que esquecesse a sua po-

sição de militante de uma determinada religião e viesse aqui ao Parlamento explicar claramente a sua posição como governante relativamente à reforma curricular. É isso que o Parlamento lhe exige.

A Sr.^a Secretaria de Estado não pode contaminar as suas posições de militante com as questões do sistema educativo e não pode esquecer que vivemos numa sociedade diferente daquela que a Sr.^a Secretaria de Estado conheceu há 20, 30 ou 40 anos. Hoje, a sociedade portuguesa é multicultural. Hoje, a sociedade portuguesa tem emergências de diversidade que a Sr.^a Secretaria de Estado não pode esquecer. Senão, Sr.^a Secretaria de Estado, a senhora será conhecida, daqui a 10 ou 20 anos, por ter produzido jovens daltónicos, e não é isso que queremos do sistema educativo. Queremos um sistema educativo multicultural, que aposte na diversidade e que construa jovens capazes de olhar o mundo, capazes de se olharem e de olharem o outro com os olhos da pluralidade e da diversidade, da tolerância, da cidadania, e não da arrogância, da petulância, do «querer, posso e mando». Isso acontecia no seu tempo de estudante, Sr.^a Secretaria de Estado, mas tempo que já terminou, hoje é outro tempo.

A Sr.^a Secretaria de Estado também está a receber os lobbies das correntes estéticas, também está a receber os lobbies das correntes filosóficas que existem no País, para termos disciplinas representativas de todas as correntes estéticas do mundo contemporâneo, sei lá da música clássica e da música contemporânea, sei lá da filosofia clássica e da filosofia moderna...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr.^a Secretaria de Estado, coloque-se no mundo de hoje, na sociedade portuguesa contemporânea, em nome da tolerância e da cidadania, porque o ensino português tem que ser político, político da ecologia, da democracia, da defesa dos direitos humanos e não partidizado pelas religiões.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Pires de Lima.

A Sr.^a Isabel Pires de Lima (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^a Secretaria de Estado, como acabou de referir, neste momento está regulada uma situação bastante clara ao nível das questões que estamos a discutir: por um lado, oferece-se formação cívica a todos — ao nível do 2.º ciclo, essa área curricular disciplinar já está introduzida e, ao nível do 3.º ciclo, será implementada este ano — e, por outro lado, no que diz respeito à disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, ou de outros credos, como é necessário numa sociedade multicultural, de acordo com o que referiu a Deputada Luisa Mesquita, ela existirá para todos os que pretendem. Esta situação está claramente regulada na lei, designadamente na que foi citada pela Sr.^a Secretaria de Estado, no início da sua intervenção.

A minha pergunta é a seguinte: o Governo manterá ou não esta situação? Se a resposta for negativa, gostaria de se saber em que sentido vai a alteração.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino Carvalho): — Sr.^a Deputada, obrigado por também ter poupado tempo.

Finalmente, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretaria de Estado, Sr.^a Deputada Luisa Mesquita, confesso que...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — É à Sr.^a Secretaria de Estado que tem de se dirigir!

O Orador: — Eu sei. No entanto, confesso que me apetecia responder à Sr.^a Deputada...

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP): — Responda!

O Orador: — ... mas não há necessidade.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, é ao Governo que o Sr. Deputado tem de se dirigir.

O Orador: — A sua bancada já me tinha informado disso, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Não há nenhuma bancada do Presidente. O Sr. Deputado tem de se ater às regras e interpelar o Governo.

O Orador: — A situação actual do ensino de educação moral e religiosa é insustentável, dado que caminhamos para a sua extinção em Portugal. Ela já foi facultativa, já foi optativa, já foi alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social — como se, alguma vez, esta pudesse ser alternativa a uma formação moral e religiosa! — e, hoje em dia,...

Protestos do PCP.

O Orador: — Srs. Deputados, tenham calma, por amor de Deus!

Hoje em dia, deixa-se à autonomia das escolas a existência ou não de religião...

O Sr. Honório Nove (PCP): — Crie-se um imposto para a asneira!

Risos.

O Orador: — Se houvesse um imposto para a asneira o Sr. Deputado ia à falência com certeza!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

É evidente que o Estado português é laico, mas também é evidente que a sociedade portuguesa, na sua esmagadora maioria, não é laica. A esmagadora maioria da sociedade portuguesa é religiosa, é praticante, é católica!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Portanto, ignorar esta realidade é «meter a cabeça na areia», é querer criar uma sociedade que não é efectivamente a nossa.

A Sr. ^a Deputada Luisa Mesquita defendeu muito bem o modelo chinês, mas esse não é o nosso modelo, porque a nossa sociedade também não é a chinesa.

Portanto, bater-nos-emos sempre pelo direito constitucional que temos, e que terão de ter os nossos filhos, ao ensino da educação moral e religiosa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o facto de haver regras regimentais para as sessões de perguntas ao Governo, regras essas que impõem que os Srs. Deputados peçam efectivamente esclarecimentos ao Governo.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Para defender a honra e a consideração da minha bancada.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Quer o Sr. Deputado dizer em que momento é que se sentiu ofendido e com que expressões?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Com certeza, Sr. Presidente. Senti-me ofendido com as expressões dirigidas pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida à minha bancada, referindo-se aos modelos que supostamente defendemos para o ensino em Portugal.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra por 3 minutos.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, tentarei ajudar a Mesa, poupando tempo nesta intervenção.

Quero apenas dizer ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida que escusa de vir com essa arrogância, que é uma arrogância de maioria absoluta e de uma suposta maioria de uma determinada confissão religiosa.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não é suposta!

O Orador: — Do que estamos a tratar aqui, com respeito por todas as confissões religiosas e com respeito pelas opções religiosas de cada um, é de a escola permitir que todos tenham as suas opções, não impondo a ninguém confissões religiosas, independentemente de a maioria da população perfilar uma determinada confissão religiosa.

E, pois, disto que se está a tratar neste debate, Sr. Deputado João Almeida, isto é, de dar a todos a liberdade de terem a opção que quiserem e de a escola pública respeitar essa liberdade, não impondo o caminho de uma determinada confissão religiosa, que legitimamente muitos terão como sua.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, se o Sr. Deputado Bernardino Soares conhecesse a religião católica saberia que o respeito que tem pelas outras confissões religiosas é permanente.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, recomendo-lhe que tenha em conta as atitudes do Santo Padre nos últimos tempos para saber o que é que a Igreja Católica tem feito em termos de respeito pelas outras confissões religiosas.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Obviamente que quando defendemos a educação moral e religiosa não estamos a defender exclusivamente a católica, mas também outras religiões, caso as pessoas assim o entendam.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nós aceitamos que as outras religiões devem ser ensinadas livremente em Portugal. Os senhores é que querem que não seja ensinada nenhuma! E foi por essa razão que falei no Estado chinês, porque é um Estado ateu!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder aos pedidos de esclarecimentos adicionais formulados, e por um tempo global de 10 minutos, tem a palavra a Sr. Secretária de Estado da Educação.

A Sr. Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de dizer que educação moral e religiosa não significa, obrigatoriamente, educação moral e religiosa católica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Em segundo lugar, caso os Srs. Deputados não se lembrem, gostaria de dizer que, em Portugal, a religião oficial é a religião católica.

Vozes do PS, do PCP e do BE: — Oficial?!

A Oradora: — Pelo menos, é aquela que tem vindo a ser...

Vozes do PS, do PCP e do BE: — Oficial?!

A Oradora: — Deixem-me explicar...

Protestos do PS, do PCP e do BE.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, deixem a Sr.^a Secretária de Estado intervir!

A Oradora: — Passando a explicar a terminologia utilizada, quero dizer-lhes que, naturalmente, não está consignado na Constituição da República Portuguesa que assim seja, mas (entre aspas, se quiserem) as famílias portuguesas entendem que é a religião católica que passa pela sociedade portuguesa em geral.

Srs. Deputados, lamento a expressão que utilizei. Julgo que quando algum membro do Governo usa uma expressão que não é a mais indicada, pode fazer aquilo que fiz, portanto não tenho qualquer problema com isso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Não sei se irei seguir exactamente a ordem das perguntas, mas em relação à questão da educação cívica gostaria sublinhar que o Governo está de acordo com ela, tal como está de acordo com a questão da educação ambiental e com a da educação sexual.

Contudo, há um aspecto que nos preocupa. É que pensamos que quer a educação moral, quer a educação cívica, quer a educação sexual, quer a educação ambiental deveriam ter um carácter de transversalidade em relação à educação em geral.

O que quero dizer com estas palavras é que se tivéssemos uma sociedade (que infelizmente não temos, mas que esperamos vir a ter) com um tipo de preparação diferente daquela que existe, eventualmente poderíamos apontar num sentido diferente, em que todas estas perspectivas da educação passariam pela carga curricular da escola – nomeadamente na Física, no Português ou na Geografia existiria toda a condição cívica que é proposta pela educação cívica, como o respeito pelo ambiente, etc..

Portanto, a verdade é que há aqui um desfasamento, e esse desfasamento existe porque não temos esses modelos de educação e porque não temos esse tipo de educação. Consequentemente, há uma lacuna grave na nossa sociedade.

Além disso, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, quero referir que em momento algum apontámos para que a educação religiosa fosse obrigatória. Que fique claro que daquilo que eu disse e daquilo que tem vindo a ser dito pelo Governo em momento algum foi apontado que a religião seria obrigatória.

Vozes do PSD: — Exactamente!

A Oradora: — Devo, aliás, dizer que ainda estamos em fase de negociações, pelo que os senhores não podem antecipar resultados de negociações que estão numa fase inicial.

Durante as negociações que estão a ter lugar ouviremos quem quiser ser ouvido – naturalmente que não somos segregacionistas nem exclusivistas –, pelo que se existirem outras confissões religiosas que entendam por bem ser ouvidas pelo Ministério da Educação, é evidente que estaremos abertos a ouvi-las, tal como o faremos em relação à confissão católica.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Mas não vai contactá-los?

A Oradora: — Para sua informação, devo dizer-lhe que também não contactámos o Patriarcado.

Além disso, de acordo com a lei da autonomia das escolas, caso existam alunos em número suficiente e caso a escola assim o entenda, a escola pode abrir turmas para outras religiões. Por outras palavras, qualquer escola, se tiver alunos suficientes, tem a liberdade de abrir uma ou mais turmas para o ensino de qualquer religião que não a religião católica. Não vemos por que é que a religião católica não pode entrar.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Mas é cadeira obrigatória!

A Oradora: — Sr. Deputado, eu falo português. Caso o senhor não tenha entendido, eu disse: «não obrigatória!» Facultativo significa não obrigatório!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Gostaria ainda de dizer à Sr.^a Deputada Luisa Mesquita que não venho aqui discutir a minha ou a sua militância no que quer que seja!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — A Sr.^a Deputada tem obrigação de respeitar as minhas convicções como eu respeito as suas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — E a Sr.^a Deputada tem, com certeza, tanto orgulho nas suas como eu tenho nas minhas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Passando agora à questão suscitada relativamente aos Decretos-Leis n.^º 6 e 7, de 2001, gostaria de referir que, como toda a Assembleia saberá, o Decreto-Lei n.^º 7/2001 foi suspenso. Ora, se foi suspenso foi-o na sua totalidade, o que significa que não faz qualquer sentido perguntar o que vamos fazer à religião e moral nesse diploma.

No que diz respeito ao Decreto-lei n.^º 6/2001, como é evidente, reconheceremos-lhe alguns problemas não apenas ao nível da religião, mas a todos os níveis. No entanto, como sabem, trata-se de uma reforma que está em curso e não é intenção deste Governo perturbar de qualquer modo que seja o ano lectivo que vai começar, nem a vida dos alunos na escola, que já é sobejamente perturbada por outras questões que os senhores conhecem tão bem como nós.

Em relação às orientações que pretendemos dar, devo dizer que vão depender das negociações que referi e que, como disse há pouco, estão ainda no início.

Em nenhum momento, porém, os senhores podem usar aquilo que não foi dito (ou podem, mas é uma questão vossa, que, presumo, é uma questão habitual no vosso comportamento). Defendemos que deve ser facultativa, a par de outras confissões religiosas, numa fase de negociação que deve ser aberta a todos aqueles que estiverem interessados em negociar connosco. Isso sim! Depois, naturalmente, decidiremos de acordo com aquilo que obtivermos como resultado dessas negociações!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, terminada esta questão, vamos, então, passar à próxima pergunta, sobre o «sítio» da *internet Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* e sobre as medidas que o Governo pretende desenvolver para impedir o seu desaparecimento, que será formulada pelo Sr. Deputado Bernardino Soares e respondida pela Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado, apesar de para alguns — provável e infelizmente — esta pergunta e esta temática serem uma surpresa, a verdade é que o «sítio» *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* existe já há mais de cinco anos na *internet* e é um sítio de esclarecimento de dúvidas sobre a utilização da língua portuguesa, com respostas dadas até 48 horas, que já respondeu nestes anos a mais de 15 000 dúvidas e outras questões sobre a utilização da língua portuguesa.

Trata-se também de um espaço de divulgação de textos de autores lusófonos — alguns escritos propositadamente para esta página; é um espaço de debate, de consultas e de notícias que aborda polémicas sobre matérias como o novo dicionário da Academia das Ciências de Lisboa e como as relativas à legendagem e à dobragem; inclui até o chamado dicionário do «economês», que traduz para português corrente e «entendível» muitas expressões que hoje são usadas na expressão pública, debates sobre o mirandês... Enfim, há toda uma série de temas que aí são abordados.

Saliento que esta iniciativa teve apoios públicos praticamente singelos, incluindo o apoio do Instituto da Comunicação Social e, em 1999 e 2000, o apoio de algumas centenas de contos dado pelo Instituto de Inovação Educacional, o qual, suponho, já não estará cá para reeditar o seu apoio este ano, uma vez que está incluído naquela lista não justificada de extinções e reestruturações.

Quero ainda sublinhar que esta iniciativa recebeu diversos prémios internacionais, sendo recomendada nas escolas secundárias do Brasil — aliás, é deste país que chegam 50% das perguntas — e tem uma enorme receptividade em Portugal, nos países de língua oficial portuguesa e em todo o mundo.

Na verdade, é o único consultório de *internet* no mundo, com actualização diária feita através de meios humanos e não por programação automática.

É, pois, um importante instrumento num meio como a *internet* em que se dá a corrosão das línguas não dominantes e em que a sobrevalorização do inglês é cada vez maior.

Em suma, trata-se de um serviço público da língua portuguesa de divulgação de conteúdos em português na *net* (objectivo, aliás, estimável do anterior governo e em que estamos muito atrasados), que é gratuito e de acesso livre.

A questão que quero colocar, Sr.^a Secretária de Estado, é esta: sabendo que a responsabilidade por este «sítio» está agora na Sociedade de Língua Portuguesa e sabendo que ele constitui um valioso instrumento de divulgação da nossa língua, sendo portanto necessária a sua institucionalização, gostaria que nos dissesse se o Governo considera esta iniciativa como uma iniciativa válida e se está ou não disposto a comprometer-se no seu apoio público, considerando que ela custa, anualmente, apenas, 75 000 euros.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, disponho de 3 minutos, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardino Soares, começo por dizer que o Governo está perfeitamente a par do que é o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Isto apesar de nos termos deparado com um *dossier* completamente

vazio quando tentámos consultar aquilo que existia no Ministério sobre esta temática.

Em qualquer circunstância, quero dizer-lhe que sabemos do que se trata. Efectivamente, o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* foi criado em 1997 pelo Dr. João Carreira Bom, tendo sido suportado financeiramente pela sociedade João Carreira Bom, Consultores de Comunicação, L.^{da}

De facto, o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* presta um serviço extremamente importante do ponto de vista da consulta, uma vez que permite uma consulta constante e sistemática sobre questões fonéticas e sintáticas da língua portuguesa. E, como é natural e como acontece com qualquer outro *site*, é preciso que seja suportado financeiramente por alguém. Mas, por razões que a nós nos ultrapassam, a sociedade João Carreira Bom, Consultores de Comunicação, L.^{da}, deixou a determinada altura de ter capacidade de suportar o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*.

E evidente que não se tratou de nada que ocorresse a vigência deste Governo, como sabe. Julgo que saberá, também, que o *Ciberdúvidas* alertou o governo anterior no sentido de algum apoio que eventualmente lhe pudesse ser dado, tendo sido feitas três tentativas sucessivas em que foram colocadas três possibilidades: uma delas implicava que o Governo pudesse de alguma forma suportar parcialmente o *Ciberdúvidas*, sendo que o Governo teria direito a um «anúncio âncora» nesse *site*; outra possibilidade que esteve em cima da mesa foi uma situação que se permitiria que o Governo entrasse com alguma frequência no *Ciberdúvidas*, naturalmente através de um protocolo; e a terceira possibilidade previa que o Governo integrasse neste *site* dúvidas de outras temáticas, nomeadamente na área da Física, da Matemática, da Geografia, etc., através de um outro protocolo.

Acontece que assim não sucedeu e, em 8 de Maio do corrente ano, o *Ciberdúvidas*, de facto, viu chegada a hora da sua extinção.

Isto é preocupante para o Governo e para o Ministério da Educação. Todavia, sei — e o Sr. Deputado também sabe, com certeza — que o período de extinção durou apenas dois dias, dado que, no dia 10 de Maio, a mesma sociedade João Carreira Bom — Consultores de Comunicação, L.^{da}, e a Sociedade de Língua Portuguesa decidiram recuperar o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* e voltar a incrementá-lo.

Devo dizer-lhe que o Ministério da Educação não retira o seu interesse pelo *Ciberdúvidas*. Contudo, pela sua vocação, este Ministério tem em si mesmo programas específicos e orientações particulares.

Lembro que o *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* não se destina aos alunos do ensino básico ou secundário, mas a todos os falantes da língua portuguesa, o que significa que não cabe necessariamente ao Ministério da Educação.

Por outro lado, apesar de...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Secretária de Estado, tem de terminar.

A Oradora: — Com certeza, Sr. Presidente.

Termino salientando que o Ministério da Educação tem um défice financeiro extremamente importante, o que significa que, como vai promover projectos específicos para alunos e professores e como vai criar um portal para educação — e o *Ciberdúvidas*, por vocação própria, não estará, naturalmente, interessado em integrar esse portal nas

condições em que os projectos do Ministério o integram —, o Ministério apenas tem de deixar sobreviver o *Ciberdúvidas* como entender e como puder.

Naturalmente que se o *Ciberdúvidas* quiser integrar-se neste portal existe porta aberta para isso.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Secretária de Estado, completará a sua resposta no final, porque já ultrapassou o tempo de que dispunha.

Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Bernardino Soares, Luiz Fagundes Duarte, Jorge Nuno Sá e João Pinho de Almeida.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, quero aconselhar a consulta das páginas «Perguntas anteriores» e, especialmente, do «Pelourinho», em que muitos dos que aqui nos sentamos já fomos referidos e citados, como, por exemplo, os Srs. Deputados Manuel Maria Carrilho, Jorge Coelho, Fernando Gomes, Maria Elisa, José Sócrates, José Vera Jardim, Jorge Lacão, José Lello ou outros, como Cavaco Silva, Marcelo Rebelo de Sousa, António Vitorino, Pedro Santana Lopes, Paulo Portas, António Capucho, Alberto João Jardim ou Maria José Nogueira Pinto. Refiro isto para que se veja que a actividade política também é alvo da atenção deste sítio!...

Agora, quero dizer à Sr.^a Secretária de Estado o seguinte: não fomos nós que escolhemos que era o Ministério de Educação que vinha cá responder; foi o Governo que, legitimamente, tomou essa opção. Aliás, nós dirigimos o requerimento ao Ministério da Educação e ao Ministério da Cultura, porque entendemos que qualquer um desses ministérios poderia ter a capacidade de intervir nesta matéria. Portanto, isso não é da nossa responsabilidade.

Acho, pois, inaceitável que a Sr.^a Secretária de Estado tenha aqui um discurso de absoluta exclusão da possibilidade de apoio a esta iniciativa. Não estou a dizer que não é legítima a intenção do ministério de ter um portal próprio, com todas as suas intervenções; do que se trata é de não deixar perder este sítio, que está hoje na titularidade da Sociedade de Língua Portuguesa, que tem tradição, que tem um público-alvo de muitas centenas e milhares de pessoas que a ele recorrem e que é um património que não devíamos deixar desaparecer.

Pergunto, por isso, à Sr.^a Secretária de Estado em que medida é que o Governo entende que é dispensável esta iniciativa, que é um instrumento, como não temos outro, de intervenção no mundo da *internet*, na divulgação de conteúdos em língua portuguesa, na defesa e na vitalização da língua portuguesa, intervenção essa que já tem uma tradição e uma capacidade que não podem ser dispensadas e que não são contraditórias com a intervenção própria do Governo nesta matéria.

Sr.^a Secretária de Estado, não quero uma resposta do Ministério da Educação, quero uma resposta do Governo em relação a esta matéria, em relação à viabilidade que temos de dar a este sítio da *internet*.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte.

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, eu preferia que

fosse o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura a responder à pergunta que vou colocar.

Parece não haver dúvidas acerca da utilidade do sítio *Ciberdúvidas*, que, além do serviço público que tem desempenhado nos últimos cinco anos em Portugal, é, neste momento, a única iniciativa privada de grande vulto destinada à protecção da Língua Portuguesa no espaço da lusofonia, com origem, autoria, conteúdos e financiamentos exclusivamente portugueses e privados.

O *Ciberdúvidas* tem feito mais pela língua portuguesa do que muitos programas oficiais pagos com dinheiros públicos, por isso quero aproveitar para prestar aqui homenagem ao seu criador, João Carreira Bom, recentemente falecido.

A Lei n.^º 107/2001, que é a lei de bases do património cultural, determina, no n.^º 2 do seu artigo 2.^º, que «A língua portuguesa, enquanto fundamento de soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português» e, no n.^º 7 do mesmo artigo, diz que «O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias».

Ora, o Partido Socialista, que, de resto, foi quem criou esta lei e introduziu esta medida na Assembleia da República, entende que poderá caber na construção de uma política própria para a língua portuguesa, como manda a lei, a criação de mecanismos de apoio,...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Penso que o *Ciberdúvidas* contribui, de um modo competente e desinteressado, para o ensino, valorização, defesa e divulgação da língua portuguesa.

Pergunto, por isso, aos Srs. Secretários de Estado — mas suponho que quem deverá responder é o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura — o que é que perante esta situação de facto, que tem a ver com as dificuldades por que passa o *Ciberdúvidas*, até porque a Sociedade de Língua Portuguesa não tem dinheiro, o Governo pretende fazer no sentido de evitar que todos nós nos sintamos mais pobres com o desaparecimento definitivo de um sítio de língua portuguesa como o *Ciberdúvidas* por falta de financiamento.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem de terminar, Sr. Deputado, porque já esgotou o seu tempo.

O Orador: — Espero uma resposta do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Sr. Presidente, permita-me que, nesta minha primeira intervenção, saúde particularmente V. Ex.^a, a Mesa e toda a Câmara.

Sr.^a Secretária de Estado da Educação, esta última intervenção faz-me recordar aqui o que V. Ex.^a disse na sua

intervenção inicial, isto é, que o processo esteve, durante cerca de um ano, pendente no Ministério das Educação, sem lhe ter sido dada qualquer resposta, chegando mesmo a estar cabimentada no Orçamento do Estado uma verba de 100 000\$ para transferência, que nunca foi feita. Portanto, estranho a intervenção que me antecedeu.

No entanto, estamos aqui hoje a debater uma falsa questão. Como a Sr.^a Secretária de Estado disse — e bem! —, no dia 10 deste mês a Sociedade de Língua Portuguesa chegou a um acordo com a sociedade João Carreira Bom, Consultores de Comunicação, L.^{da}, portanto já estão resolvidas as dificuldades. Será, certamente, por desconhecimento de alguns dos presentes nesta Câmara que ainda alertam para as grandes dificuldades de que este sítio da *internet* padece. Sendo claro que a Sr.^a Secretária de Estado já deixou na sua primeira intervenção esta questão bem esclarecida, estranho que se mantenham as mesmas dúvidas.

Saudamos a clarividência da Sociedade de Língua Portuguesa, quando diz que é preciso erradicar ou, pelo menos, atenuar a excessiva dependência de subsídios e criar formas de actuação susceptíveis de garantir uma superior autonomia financeira.

A questão que quero colocar à Sr.^a Secretária de Estado da Educação é esta: o caminho que o Governo perfilha é o de acabar com o «facilitismo» da «subsidiodependência» e deixar a livre iniciativa e a não governamentalização de todos os *sites* na *internet*, como parece que é perfilhado por uma certa ala nesta Assembleia?

Aplausos do PSD.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Isso é um discurso de quem nunca viu o sítio!...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, em primeiro lugar, quero associar-me à homenagem que já aqui foi feita ao criador deste *site*,...

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Sítio, Sr. Deputado!

O Orador: — ... o Dr. João Carreira Bom, homenagem que me parece que é, naturalmente, justa. Obviamente que esta iniciativa é louvável. Já foi dito sobre ela tudo o que se pode dizer e que me parece que é pertinente que o CDS-PP reitere.

Em relação à situação actual, penso que há três vias a seguir e é sobre isso que quero ouvir a opinião da Sr.^a Secretária de Estado.

A primeira das vias é, de facto, esta solução ir avante, esta nova *joint-venture*, por assim dizer, e, portanto, o *site* *Ciberdúvidas* não ter mais problemas e continuar a prestar o serviço que presta neste momento. Mas, se tal não acontecer, há ainda duas vias possíveis: ou o *site* *Ciberdúvidas* integra o portal do Ministério da Educação, o que me parece uma solução positiva, ou o *site* *Ciberdúvidas* não integra o portal do Ministério da Educação nem permite por si uma solução viável, e, nesse caso, pergunto à Sr.^a Secretária de Estado se há disposição do Ministério da

Educação de, no seu portal, introduzir uma solução alternativa a esta que permita continuar a prestar o serviço que, hoje em dia, é prestado pelo *site* *Ciberdúvidas* à língua e à cultura portuguesas.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de reforçar o que aqui foi dito em relação ao Dr. João Carreira Bom e, além disso, gostaria de prestar também mais alguns esclarecimentos sobre aquilo que se passa em relação ao *Ciberdúvidas*.

Quero trazer de volta à Assembleia algumas afirmações do Sr. Deputado do Partido Socialista. Não sei de onde lhe vem a preocupação pela criação pelo Governo de mecanismos de protecção à língua portuguesa e pela responsabilização dos governos por esta matéria, quando o Partido Socialista deixou cair o *Ciberdúvidas*!... Foi o Partido Socialista que o deixou cair e não nós!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Em segundo lugar, gostaria, de qualquer modo, de dizer que louvo esta preocupação do Partido Socialista e que lamento que, durante o tempo em que foi governo, não tenha feito aquilo que agora exige que nós façamos.

Quero, no entanto, dizer que o Governo não vai entrar em facilitismos, até porque não poderia ter uma política dessa natureza, na medida em que os facilitismos não têm fim — e o Partido Socialista sabe isso melhor do que nós. Os facilitismos são a primeira porta para a falência dos governos e isso o Governo actual não quer!

Por outro lado, devo também dizer que vamos ter uma política de rigor, o que foi dito aqui sucessivamente. E quando o Ministério da Educação aqui está naturalmente que fala pelo Governo e este, quando fala, fala por todos os seus ministérios. Portanto, também não percebo de onde vem essa confusão.

Entendemos que tudo aquilo que deve e pode ser apoiado o será, mas há muitas situações em que esses apoios não poderão mesmo ser dados. E no caso do *Ciberdúvidas*, pela sua própria natureza e porque é suportado por uma empresa,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Pela Sociedade de Língua Portuguesa!

Está desactualizada, Sr.^a Secretária de Estado!...

A Oradora: — ... o Ministério da Educação não vai suportá-lo. Quando o Ministério da Educação tiver de suportar um *site* será um *site* próprio...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sítio!

A Oradora: — ... e não um *site* que tenha outros financiamentos, como este da sociedade João Carreira Bom, Consultores de Comunicação, L.^{da}, tem.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Já se transmitiu a propriedade!

A Oradora: — A Sociedade de Língua Portuguesa é um parceiro! É um parceiro com a João Carreira Bom — Consultores de Comunicação, L.º!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Já se transmitiu a propriedade!

A Oradora: — Isto é do dia 10 de Maio e é a recuperação do *Ciberdúvidas* — e o senhor sabe-o tão bem quanto nós! Essa recuperação foi feita pela sociedade João Carreira Bom, Consultores de Comunicação, L.º, e pela Sociedade de Língua Portuguesa!

Por outro lado, devo dizer que o *Ciberdúvidas* tem a sua sobrevivência, pelo menos de momento, aparentemente assegurada. E se há responsáveis por essa sobrevivência, não vejo por que razão é que o Governo tem de se intrometer.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Espantoso!

A Oradora: — Outra situação é a que resulta, efectivamente, da intenção que temos de criar um portal que terá, naturalmente, a ver com a Língua Portuguesa, com a Matemática, com a Geografia, com problemas de natureza cívica e moral e, com o que quer que seja do interesse dos estudantes dos ensinos básico e secundário. Portanto, é isto que cabe no âmbito da actuação do Ministério da Educação.

Protestos do Deputado do PCP Bernardino Soares.

Ó Sr. Deputado, o site não está em causa! Mas o Ministério não pode duplicar as suas funções, nem pode extravasar aquilo que são suas funções, nomeadamente, na situação em que os senhores o deixaram.

Vozes do PCP: — Nós?!

A Oradora: — Portanto, devo dizer que, neste momento, o Ministério tem alguns programas, já, no âmbito daquilo que fazia o *Ciberdúvidas*,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Que tristeza!

A Oradora: — ... o Ministério tem programas específicos de actuação ao nível da incrementação quer da língua quer da informática nas escolas, e criará, naturalmente, aquilo que entender necessário, dentro do que é a sua estratégia para a educação, e para responder a essa estratégia.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O Sr. Deputado pede a palavra para que efeito?

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, temos um atraso na ordem do dia, portanto, peço-lhe que diga qual foi a expressão por que sentiu a bancada ofendida.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, a Sr.ª Secretária de Estado da Educação fez uma apreciação

negativa da actividade do anterior governo, no que diz respeito ao apoio a este sítio *Ciberdúvidas*, omitindo uma informação, certamente por desconhecimento. Gostaria de dar essa informação, para que a apreciação possa fazer-se com base em toda a informação relevante.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Bom, Sr. Deputado, essa é uma interpretação extensiva da norma regimental... Vou dar-lhe a palavra, mas peço que, se possível, não esgote os três minutos que tem à sua disposição.

Faça favor, Sr. Deputado!

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, 20 segundos, só para informar que, dada aliás a natureza da entidade proprietária do sítio, sociedade João Carreira Bom, Consultores de Comunicação, L.º, enquanto este sítio esteve em funcionamento, promovido por essa sociedade, beneficiou sempre de apoio financeiro do Instituto da Comunicação Social.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Educação.

A Sr.ª Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente, não pretendo usar da palavra.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Então, como a Sr.ª Secretária de Estado da Educação não quer usar da palavra, está encerrada esta pergunta.

Antes de passarmos à próxima pergunta, não quero deixar de informar a Câmara que estão presentes, entre nós, a assistir aos nossos trabalhos, um grupo de 60 alunos da Escola EB, 2.º e 3.º ciclos, de Aveiras de Cima e um grupo de 45 alunos da Escola Secundária da Rio Tinto.

Há também um grupo de 70 alunos do Colégio La Salle, de Barcelos, que, esses, sim, estão agora a entrar.

A todos o nosso regozijo, pela sua presença entre nós.

Aplausos gerais, de pé.

Passamos, então, à quarta pergunta, sobre a reestruturação e reorganização do ensino recorrente, no âmbito das novas políticas de actuação do Ministério da Educação, que será formulada pelo Sr. Deputado Sr. Deputado João Pinho de Almeida e respondida pela Sr.ª Secretária de Estado da Educação.

Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado da Educação, Sr.º e Srs. Deputados, a situação do ensino, em Portugal, é verdadeiramente catastrófica e preocupante, não só no recorrente, infelizmente; mas no ensino recorrente, de facto, assume proporções inqualificáveis.

O ensino recorrente tem, acima de tudo, dois grandes problemas: um, com o aproveitamento e, outro, com o investimento que o Estado faz, sem ter disso qualquer retorno para a sociedade.

No que tem a ver com o aproveitamento, o número de alunos que consegue ter sucesso no ensino recorrente é insignificante. O que acontece é que, no inicio dos anos lectivos, as inscrições são de um determinado número,

grande; constituem-se turmas, há professores que estão adstritos a dar aulas a essas turmas, verificando-se que, no primeiro ou em qualquer dia de aulas, nem metade ou um terço, sequer, dos alunos, comparece a essas mesmas aulas.

Portanto, há uma quantidade de recursos que são disponibilizados pelo Ministério da Educação e pelo Estado português, que são pagos pelos contribuintes portugueses, mas que não têm qualquer proveito para a sociedade. Aí, também, a justificação do investimento sem retorno.

Se formos aos seus fundamentos, o ensino recorrente servia para uma reintegração social, do ponto de vista da formação humana e da dita qualificação dos portugueses, e, por outro lado, para permitir uma educação em idade avançada — obviamente, princípios fundamentais que reiteramos e consideramos necessários. Mas não pode servir nem nortear-se pelo oportunismo que, neste momento, norteia o ensino recorrente, que, na sua maior parte, nem serve para reintegração, nem para educação em idade avançada: serve para a concessão do rendimento mínimo garantido e para a obtenção do estatuto de trabalhador-estudante. E com isto não podemos compactuar!

Não podemos compactuar com esta falsidade de termos pessoas no ensino recorrente, única e exclusivamente, para reunirem as condições para receberem o rendimento mínimo garantido e outras, que, por outro lado, querem o estatuto de trabalhador-estudante para poderem também ter facilidades nos seus empregos. Por isso, Sr.^a Secretária de Estado, é necessário criar um novo conceito de ensino recorrente que permita poupar no investimento e proporcionar o ensino a quem está também, de facto, interessado.

Para terminar, Sr.^a Secretária de Estado, queria perguntar-lhe se o Governo está de facto disponível para o acabar.

Vou citar uma notícia de um diário português que me parece ilustrativa daquilo que é a situação no ensino recorrente e que, entendemos, tem de terminar rapidamente. Diz a notícia que «(...) de facto e apesar de não ser difícil descobrir maus resultados nas estatísticas do ensino recorrente, nas estatísticas da escola Avelar Brotero, desde 1996/97, nenhum dos 314 alunos no 3.º ciclo terminou o ano lectivo (...).».

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Foi porque não tiveram grande entusiasmo!

O Orador: — Sr.^a Secretária de Estado, Srs. Deputados, isto é uma vergonha e o que pergunto é se o Governo vai de facto acabar com esta vergonha.

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ensino recorrente, Sr. Deputado João Pinho Almeida, tem na sua base, naturalmente, e sabêmo-lo todos, uma filosofia extremamente positiva.

Vozes do PS: — Ah!

A Oradora: — O ensino recorrente traduz a necessidade e a justiça de uma segunda oportunidade. É nesta me-

dida que o Governo tem olhado para o ensino recorrente e se o Governo não tivesse o cuidado de o ver como a solução justa que pode ser já o tinha extinto.

Efectivamente, os resultados do ensino recorrente são perfeitamente catastróficos. Também é verdade que o não são da mesma forma, ao longo de todo o País, sendo substancialmente mais agravados nas grandes cidades e, em particular, na Área da Grande Lisboa.

Devo dizer que, na verdade, não é moral que o ensino recorrente possa continuar estruturado nos moldes em que está. Neste momento, o ensino recorrente na Grande Lisboa tem uma multiplicidade de escolas em que, no prazo de cinco anos, completaram esse ensino com sucesso 4% dos alunos para o 3.º ciclo do básico e apenas 3% para o ensino secundário. Há cursos dos ensinos básico e secundário onde se inscrevem — e posso dar-vos os números concretos porque os tenho aqui — na ordem dos 600 ou 800 alunos e em que só completam, em cinco anos, 20 ou 30 alunos!... O ensino recorrente custa ao Estado português 60 milhões de contos, sensivelmente, por ano. Isto significa que é incomportável manter a situação!

É evidente que podem pôr-me a questão das escolas em que os números não são tão assustadores, as escolas daquilo a que, genericamente, se pode chamar «a província» ou «o interior» ou «o Portugal menos favorecido». Nessas regiões do País, as pessoas vão para o ensino recorrente nocturno que é o único que ai existe, deslocando-se em transportes das autarquias e, como não têm alternativas à escola, permanecem na escola quatro ou cinco horas de seguida, e têm de aproveitá-las de alguma maneira.

Risos do PS e do PCP.

Dai o maior sucesso. Nas grandes cidades, efectivamente, não existe este sucesso e o ensino recorrente foi, muitas vezes, aproveitado para que as pessoas efectivamente tivessem acesso quer ao rendimento mínimo garantido quer ao estatuto de trabalhador-estudante.

Gostava de deixar aqui uma interrogação ao governo anterior: é que teve uma preocupação extremamente importante em permitir, pela lei do trabalho, que fosse fiscalizado o papel das empresas na situação do trabalhador-estudante, portanto, na autorização a dar aos trabalhadores-estudantes para frequentar o ensino recorrente, mas nunca se preocupou em fiscalizar a assiduidade e o aproveitamento desses estudantes que prejudicam um País inteiro.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Exactamente!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, para além do Sr. Deputado interpelante, inscreveram-se a Sr.^a Deputada Rosalina Martins, Carlos Antunes, Luísa Mesquita e João Teixeira Lopes.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho Almeida.

O Sr. João Pinho Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, peço-lhe um esclarecimento adicional muito breve, que tem a ver com outra realidade, também, do ensino recorrente, a realidade que se pratica em instituições de ensino privadas e serve, nomeadamente para dois propósitos, que são duas realidades completamente distintas; são os alunos com grande dificuldade em ter o aproveitamento mínimo para conseguirem transitar de ano

e concluir os ciclos, e aqueles alunos, que, embora tenham um aproveitamento bom ou muito bom, não é tão bom quanto suficiente para conseguirem entrar no ensino superior. São as instituições privadas, os externatos, colégios (há vários exemplos disso) para os quais os alunos vão exactamente para isso: para conseguirem, por um esquema alternativo, fazer aquilo que não conseguem no esquema convencional.

Isto é uma fraude, não há igualdade entre estes alunos e os que estão no esquema convencional e normal, sujeitando-se, portanto, às provas e ao sistema normal como a maioria dos alunos. Sei que a intervenção do Ministério da Educação, nesta matéria, é muito mais limitada, mas, ainda assim, queria perguntar à Sr.^a Secretária de Estado da Educação o que é que entende que o Ministério da Educação pode fazer para travar esta fraude.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Vai tudo para «os privados»!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosalina Martins.

A Sr.^a Rosalina Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, antes de mais, quero saudar a Sr.^a Secretária de Estado da Educação pelo facto de não se rever naquilo que foi o ataque inicial à situação dos trabalhadores-estudantes feito pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida. E digo isto porque a Sr.^a Secretária de Estado afirmou que a filosofia do ensino recorrente é uma filosofia muito positiva e que é importante existir esta segunda oportunidade de formação ao longo da vida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Também eu disse isso!

A Oradora: — Como é evidente, a resposta vinda do Governo não poderia ser diferente, já que há uma Resolução do Conselho de Ministros da União Europeia que, efectivamente, se debruçou sobre a questão da educação e formação ao longo da vida, e toda ela tem a ver com princípios de abrangência democrática e valores de direitos humanos.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

A Oradora: — É claro que sabemos que muito mais dos 3 milhões de activos portugueses que estão, neste momento, no mercado de trabalho não possuem o 9.º ano de escolaridade. Portanto, continua a ser pertinente oferecer-lhes uma segunda oportunidade de ensino, adequada à diversidade dos públicos, cumprindo, assim, o preceito constitucional de igualdade de oportunidades e direito à educação de todos.

Este número dos 4%, que tem sido tão badalado — e parece que foi uma descoberta recente —, não corresponde de todo à verdade. O PS, que sempre se preocupou com esta questão da formação de adultos, numa entrevista da então Secretaria de Estado, na Revista *Saber Mais*, de Junho de 1999, já se referia, aqui, exactamente a esta percentagem de aproveitamento de, apenas, 4%. Por isso mesmo, foi instituída a ANEFA, a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos,...

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — ... para, em complementariedade com o ensino recorrente trazer, aqui, uma nova oportunidade de formação e de acreditação de competências que os trabalhadores foram adquirindo ao longo da vida.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Gostava de colocar-lhe uma questão muito concreta, Sr.^a Secretária de Estado, que é a seguinte...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O seu tempo esgotou-se, Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Oradora: — Vou terminar já, Sr. Presidente.

A questão é saber, relativamente a este projecto do PS, que passa pela reformulação do ensino recorrente, tornando-o mais flexível e mais adaptado às realidades e expandindo-o para outros sectores que não a escola, se está na mente do seu Ministério continuar este projecto e ainda se o projecto da ANEFA é para continuar dentro deste conceito da formação de adultos.

Aplausos do PS.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para defesa da honra da bancada.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O Sr. Deputado pode dizer qual foi a expressão usada... É porque nós estamos com o tempo já muito ultrapassado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, foi utilizada abusivamente a intervenção da Sr.^a Secretária de Estado da Educação para tentar justificar uma posição completamente deturpada em relação ao fundamento deste modelo...

Protestos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Ó Sr. Deputado, isto é uma discussão política. O Sr. Deputado está extremamente sensível... Desculpe, mas não lhe dou a palavra para defesa da honra...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, abre um precedente...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O Sr. Deputado, primeiro, tem de ouvir a Mesa. O Sr. Deputado tem de saber as regras regimentais e respeitar a Mesa.

As expressões usadas pela Sr.^a Deputada não ofendem claramente a honra de ninguém. Estamos com tempos de debate bastante ultrapassados e, portanto, Sr. Deputado, peço desculpa, mas não lhe dou a palavra para a defesa da honra e da consideração.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero saber se o conceito de honra que a Mesa adopta na condução dos trabalhos tem que ver com o tempo que está disponível, porque esse não é, certamente, o conceito de honra que defende a bancada do CDS-PP!...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, em primeiro lugar, tem de respeitar a Mesa, em segundo lugar, a Sr.^a Deputada não usou qualquer expressão claramente ofensiva da bancada, tal como o Sr. Deputado, aliás, disse na sua intervenção, isto é, que utilizou uma interpelação para fazer uma interpretação diferente.

Estamos num debate político, Sr. Deputado. O Regimento tem regras, que têm de ser respeitadas, por isso, a Mesa não lhe dá a palavra.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Antunes.

O Sr. Carlos Antunes (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, não há idade para aprender e é sempre tempo de regressar à escola.

São inegáveis o interesse, a importância e o espaço que o ensino recorrente ocupou e ocupa, ao dar resposta a muitos jovens que procuram a escola pela segunda vez — e até alguns pela primeira vez.

É verdade que o ensino recorrente foi sempre uma oferta muito cara para o sistema de ensino. Para os custos elevados têm contribuído uma má gestão dos recursos, quer físicos quer humanos, e a desresponsabilização dos alunos. O tempo médio — por muito que isto nos custe — que cada aluno leva para concluir o ensino recorrente é de 9/10 anos.

Penso que a questão colocada pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida é importante porque faz esta Câmara reflectir sobre uma despesa elevada, quando se pensa em números na ordem dos 6000 contos/aluno/ano.

Suponho que o que está em causa não será a oferta desta oportunidade de ensino, mas antes a grande dispersão da mesma e a responsabilização daqueles que apenas cumprem a matrícula esquecendo a frequência, com consequências no aproveitamento.

Sr.^a Secretária de Estado da Educação, tendo em consideração as características do público-alvo a que se dirige este ensino e estando garantido que o Ministério da Educação vai continuar a oferecer esta ou outra opção de ensino, como pensa V. Ex.^a rentabilizar os recursos físicos, económicos e humanos?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr. Deputada Luísa Mesquita.

A Sr. Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, penso que esta questão trazida pelo CDS-PP não pode ser vista exclusivamente na perspectiva em que foi colocada inicialmente dos gastos com o ensino recorrente, sem atentarmos nos seus objectivos e naquilo que serão as suas estratégias de reestruturação, para que possa responder, efectivamente, aos seus objectivos. E os seus objectivos, como a Sr.^a Secretária de Estado sabe, eram fomentar a aprendizagem ao longo da vida e acabar com o analfabetismo.

Mas, tal como há pouco dizímos que é indispensável olhar a sociedade portuguesa hoje para que saibamos como reestruturar os sistemas, é fundamental que saibamos que o ensino recorrente não consegue cumprir estes objectivos porque o seu público é, infelizmente, cada vez mais composto por jovens alunos, que, afastados do ensino dito regular por insucessos permanentes, abandonam precocemente o ensino regular e têm no ensino recorrente uma segunda oportunidade.

E quando se olha para o ensino recorrente, em vez de entendê-lo exclusivamente numa perspectiva economicista de que não dá lucro, de que não dá retorno, de que deve encerrar-se até nova oportunidade, há que tomar medidas, para que estas questões de reduzir o insucesso e de dar segundas oportunidades sejam efectivamente cumpridas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — E aqui a questão, Sr.^a Secretária de Estado, é saber se a desmotivação e a ausência de alunos de que falou têm como única medida o «feche-se a porta do ensino recorrente» ou, antes, esta: «sejamos sérios a olhar estas questões, vejamos sérios a olhar as segundas oportunidades a que os nossos jovens têm direito, em termos constitucionais, e tomemos as medidas necessárias e suficientes para que os jovens marginalizados do ensino regular tenham uma segunda oportunidade».

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Há que ver as estratégias que é preciso tomar e não entender o ensino recorrente como um «abuso» do trabalhador-estudante ou do jovem que recebe o rendimento mínimo garantido, porque essa questão já foi resolvida pelo Governo — agora só se recebe a partir dos 25 anos... Ou será que estão a obrigar os jovens a ir para o ensino recorrente a partir dos 25 anos?!... Se for assim, essa será a portaria que o Governo terá de fazer a seguir!...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para um esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação, de facto, o Bloco de Esquerda reconhece que há problemas que têm perturbado o normal aproveitamento das potencialidades do ensino recorrente. No entanto, este é — e isso é claro para

todos — decisivo para permitir a existência de uma formação ao longo da vida.

De qualquer forma, tudo aconselhava a que o Ministério apresentasse as suas propostas de reformulação do sistema de ensino recorrente por unidades capitalizáveis, que, tendo virtudes, obviamente, precisa de ser reformulado — aliás, no sentido da resolução de críticas que lhe têm sido apontadas. Mas o que estamos a discutir é o encerramento do ensino recorrente num conjunto significativo de escolas, quando ainda por cima algumas delas lecionam matérias que não são leccionadas em mais nenhuma instituição!

Portanto, mais uma vez, como em muitos outros domínios, este Governo está, de uma forma desgarrada e com fins exclusivamente economicistas, a não aproveitar uma política estruturante que permite ao sector aumentar a sua qualidade e o aproveitamento escolar dos alunos. E vou dar-lhe um exemplo — já aqui foram destacados alguns e eu também tenho um para dar: a Escola Gil Vicente, na Graça, em Lisboa, vai ver o seu ensino recorrente encerrado quando é uma das duas escolas que lecciona ensino português para estrangeiros, em Lisboa. O próprio Ministério da Educação autorizou-a a ter duas turmas que estão completamente cheias, são mais de 50 alunos!...

Reparam bem no que representa esta medida em termos de simbolismo, quando o País é, como todos sabem, alvo de um forte fluxo migratório e quando se coloca, de forma premente, a questão da integração dos imigrantes!...

Vozes do BE e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, no tempo que tem à sua disposição, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Rosalina Martins, em relação ao ensino recorrente e à primeira questão que colocou, devo dizer que o ensino recorrente não acabou, nem o Governo disse que o ensino corrente na sua filosofia iria acabar. O Governo tem, naturalmente, necessárias preocupações com o sucesso e o insucesso ao nível do ensino recorrente.

O Sr. Deputado João Teixeira Lopes deu o exemplo da Escola Gil Vicente. Ora, essa escola teve um total de 1319 alunos inscritos nos cinco anos, dos quais só tiveram aproveitamento 58 alunos! Isto implica a existência de professores que estão horas infinidas sem nada que fazer, de escolas abertas e de todos os gastos que estão implícitos!... Isto é incomportável!

Além disso, todos os alunos do ensino recorrente têm a continuação do seu estudo assegurada noutras escolas; ninguém disse que ao encerrar aulas de ensino recorrente numa escola os alunos ficavam impedidos de continuar a frequentar o ensino!

Outra questão prende-se com a necessidade que há de reter os números — e os 4% não são inventados — e eles só são emblemáticos pelo facto de serem graves. Esse números vêm do Centro de Área Educativa de Lisboa (CAE de Lisboa) e representam o total de alunos dos ensinos básico e secundário inscritos no ensino recorrente.

Vozes do PS: — É verdade!

A Oradora: — Em relação ao papel da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), o

Governo está atento à importância do ensino profissional e de todos aqueles que contribuem para garantir aos portugueses que por qualquer vicissitude não completam o ensino normal a possibilidade de terem ensino e de integrarem o mercado de trabalho em condições pelo menos semelhantes às dos que estudam no ensino normal.

A ANEFA, neste momento, está a ser alvo de alguma preocupação, mas ela não foi extinta, ninguém mexeu nela; ela existe e está exactamente a ser alvo de atenção, de análise, de tudo aquilo que faz parte da tentativa do Governo de incrementar o ensino profissional e tecnológico.

Há uma preocupação do Governo em relação ao Decreto-Lei n.º 7/2001 que passa exactamente não pela extinção desses ensinos, mas pela sua reestruturação numa outra perspectiva; não passa, de forma nenhuma, pela sua extinção.

Devo dizer também ao Sr. Deputado Carlos Antunes que o público-alvo deste ensino é, efectivamente, um público muito particular, mas também é verdade — e o Sr. Deputado sabe-o tão bem quanto o Governo — que este público não tem sido, ao longo do tempo, sempre o mesmo. O público a que se dirigiu o ensino recorrente na sua filosofia inicial não é hoje mesmo.

Aproveito para inserir um bocadinho a questão que foi colocada pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida, no sentido de que hoje há um problema agravado, do ponto de vista moral, que é posto a este Governo: é a situação de todos os alunos para os quais não foi criado o ensino recorrente, mas que aproveitaram lacunas da lei e frequentam, hoje, colégios particulares onde obtêm notas que lhes permitem a entrada na universidade a par ou à frente de alunos cujo esforço não lhes permitiu atingir os níveis desejados ou exigidos e que, efectivamente, ficaram relegados para uma situação difícil.

A verdade é que o Ministério e o Governo têm essa preocupação, a verdade é que é fundamental moralizar o ensino a todos os níveis, quer o público quer o privado, e essa é uma preocupação acrescida deste Governo, mas também é verdade que não pode extinguir-se o ensino recorrente do ensino privado quando não se extinguiu o ensino recorrente do ensino público.

Moralizar não é acabar, moralizar é trabalhar as questões como elas têm de ser trabalhadas, moralizar é fazer um alerta a todos os portugueses para o facto de estarem a custear um ensino que neste momento não está a servir quase ninguém na população portuguesa!

Em relação ao caso dos colégios privados de ensino recorrente, neste momento, eles não acarretam um centímo de custos para o Ministério da Educação,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Mas têm custos para as pessoas!

O Orador: — ... não têm qualquer contrato de associação com o Ministério da Educação, o que significa que de momento o Ministério da Educação tem de entrar por outras vias que não as da extinção desses colégios — eu estou a responder na sequência das apreciações feitas pelo Sr. Deputado Bernardino Soares.

É evidente que o Ministério está acautelado para a situação desses colégios. Também é evidente que essa moralização passa por inspecções, por um controlo sucesivo que é necessário fazer e que, eventualmente, até hoje ainda não foi feito."

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Isso é falso!

O Orador: — Por que é que não foi feito? Não sei, mas a verdade é que não foi feito!

Há várias formas de fazer esse controlo, nomeadamente, impedindo as transferências (isso está legislado, mas elas continuam a fazer-se no mesmo ano lectivo, de uma situação para outra) e, eventualmente, criando mecanismos no sentido de que as pessoas que não tenham sucesso num determinado período tenham de aguardar um ou dois anos para integrarem o ensino recorrente. Isto também pode moralizar essa situação.

São medidas que estão em análise, em estudo, em apreciação. Com certeza, os Srs. Deputados também não pensam que em dois meses de governação este Governo deveria ter resolvido todos os problemas que o Partido Socialista não conseguiu resolver em seis anos!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, vamos prosseguir com as perguntas ao Governo.

A próxima pergunta, sobre qual a solução para o novo hospital distrital de Vila Franca de Xira, será formulada pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho e respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Saúde, em 1996, e depois da intervenção de vários Deputados e de apelos de órgãos autárquicos, o Governo do Partido Socialista passou a integrar no Orçamento do Estado desse ano um valor de 5000 contos para um novo hospital de Vila Franca de Xira/Loures. Para os anos seguintes, era previsto um investimento de 13 milhões de contos, de forma a concluir este equipamento de saúde até 2000/2001.

Mas já em 1997, em plena pré-campanha para as eleições autárquicas, e para dar uma «mãozinha» aos candidatos do PS, é anunciado um novo hospital para Loures, deixando de concretizar-se o conjunto hospitalar Vila Franca de Xira/Loures.

Ainda em 1997, e como o governo socialista se especializou no lançamento de «hospitais no papel», é anunciado um novo hospital: o hospital Cascais/Sintra.

E, certamente para enfatizar e reforçar o empenho socialista na rápida concretização de equipamentos de saúde, o então Sr. Primeiro-Ministro, Eng.^o António Guterres e a Sr.^a Ministra da Saúde, em Outubro de 1997, deram uma volta de helicóptero pelo País, onde tentaram mostrar aos portugueses a capacidade empreendedora do governo relativamente a novos equipamentos de saúde.

Assim, em documento de 1997, do Ministério da Saúde, onde era explicado o plano de investimentos, anuncia-se a «revolução rosa» para este sector, com a aposta, por exemplo, para a Área Metropolitana de Lisboa, nos equipamentos seguintes: hospital de Todos os Santos (conclusão para 2002); hospital de Cascais/Sintra (conclusão para Dezembro 2001; o ano passado, como com certeza se aperceberão); hospital de Loures (conclusão para Junho 2001); hospital de Vila Franca de Xira (conclusão para Dezembro 2001).

Não satisfeito com esta «capacidade empreendedora» de anúncio de novos hospitais, o Governo PS decidiu então dividir em dois o anterior hospital Cascais/Sintra e, assim,

passou a ser responsável pela construção de cinco novos hospitais na Área Metropolitana de Lisboa e, como hoje podemos constatar,... ficaram todos, rigorosamente todos no papel!

Ao fim de seis anos de governo PS e depois da passagem de três ministros por esta pasta, é patente aos olhos dos portugueses o descalabro da política de saúde, inclusive no que concerne à construção de novos hospitais.

Mas o mais grave de todos estes factos foi que o governo PS tinha consciência da impossibilidade de concretização de investimentos nesta área, fruto das suas irresponsabilidades, indecisões e de oportunidades perdidas, e, mesmo assim, não se inibiu, de uma forma escandalosa, de criar ilusões aos portugueses.

Esse Governo e, em particular, o Ministério da Saúde foram responsáveis por «publicidade enganosa» ao assumirem publicamente compromissos que não cumpriram.

Basta de hipocrisia e de enganos!

Sr. Secretário de Estado, este novo governo, pela voz do Sr. Ministro da Saúde, avançou de uma forma corajosa com a intenção de estabelecer parcerias entre o público e o privado para ultrapassar as dificuldades de financiamento de construção de novos hospitais e, assim, permitir a sua construção e gestão por privados.

O tempo perdido exige que esta ou outra solução...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — ... possa ser implementada no curto e no médio prazos, porque a qualidade da prestação dos cuidados de saúde está em causa.

É importante saber se as autarquias locais estão disponíveis para disponibilizar os terrenos necessários e é necessário assegurar a construção de acessos adequados.

Mas aquilo que é crucial é romper com este ciclo vicioso do «faz-de-conta» e avançar, sem tibiezas, para acabar com este «cancro colectivo».

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, peço desculpa, mas tem mesmo de terminar.

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, que solução para o hospital distrital de Vila Franca de Xira? Que modelo de construção e gestão é que vai ser adoptado? Será que, em 2004, poderão começar as obras? E o que vai ser decidido relativamente ao futuro dos actuais profissionais de saúde do hospital distrital de Vila Franca de Xira?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, por favor, termine de imediato.

O Orador: — Será que, em 2006, os utentes já poderão ter acesso à saúde nas instalações deste novo hospital?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, nós podemos estar aqui até às 17 horas, ontem, estivemos até às 23 e, portanto, hoje, também podemos estar até às 17 horas...

Em todo o caso, há tempos regimentais que têm de ser respeitados, temos figuras regimentais nas quais os Srs. Deputados têm de integrar as suas intervenções ou os seus pedidos de palavra à Mesa e, obviamente, temos o bom senso de respeitar os horários.

Nesse sentido, a Mesa volta a afirmar aquilo que referiu há pouco, ou seja, vai ser extremamente rigorosa no uso dos tempos e na utilização de figuras regimentais.

Portanto, Srs. Deputados, e desde já peço desculpa a todos, no tempo limite que está estabelecido, a Mesa irá cortar a palavra aos Oradores, caso contrário, não saímos daqui hoje, em face do número de perguntas que ainda está agendado.

Assim sendo, para responder, no tempo regimental previsto, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde (Carlos Martins): — Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados, permitam-me que, antes de mais, na pessoa do Sr. Presidente, afirme à Câmara o prazer que sinto em regressar a esta minha Casa:

Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, quero agradecer as suas questões e não posso deixar de afirmar-lhe, com toda a convicção, que preferia, quiçá como o Sr. Deputado, e acredito que sim, estar hoje aqui a debater a entrada em funcionamento do novo hospital de Vila Franca de Xira ou de outros e, acima de tudo, o seu impacto, em termos de melhoria dos cuidados de saúde.

Esta afirmação prende-se com o facto de que, como é do conhecimento público — e o Sr. Deputado realçou-o —, este hospital, como outros, segundo planeamentos anteriores, deveria ter entrado em funcionamento em 2001 ou 2002.

Afirma o Sr. Deputado e questiona: que solução para o hospital de Vila Franca de Xira? A solução passa, tão simplesmente, por decidir, por construir e por abrir ao público em tempo útil.

Foi afirmado, numa outra ocasião — e também pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, faz hoje, precisamente, quase quatro anos, em sessão plenária de perguntas ao Governo, em relação à mesma matéria —, que, de facto, havia uma decisão sobre a construção do hospital de Vila Franca de Xira, que o mesmo estava em fase de projectos e que, conforme afirmei ainda agora, estaria em funcionamento em 2001 ou, quando muito, em 2002.

Em nome da verdade, quero afirmar que o processo do hospital de Vila Franca de Xira não está ainda em condições para se lançar qualquer concurso. Conforme os Srs. Deputados sabem, para avançar com um processo de concurso de construção é essencial que haja, em primeiro lugar, um programa funcional e este processo não tem programa funcional concluído.

Em segundo lugar, é também fundamental que haja um terreno e, depois de várias vicissitudes, no dia 5 de Abril de 2002 — sublinho esta data —, a ARS de Lisboa e Vale do Tejo propôs finalmente a aprovação do terreno para a construção do hospital de Vila Franca de Xira.

Consequentemente, neste momento, decorrem trabalhos em ritmo acelerado para que o hospital seja uma realidade em 2006, conforme teve oportunidade de afirmar, no Parlamento e já perante a opinião pública, o Sr. Ministro da Saúde, que, aliás, teve também oportunidade de consensualizar com a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira um conjunto de questões que permitirão, *a posteriori*, avançar com este processo e concluir este projecto...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado da Saúde, chegou ao termo do tempo de que dispunha.

Chamo a atenção dos membros do Governo para o facto de terem, no final, um tempo global de 10 minutos dentro do qual podem completar as respostas que não tiveram conseguido dar no espaço de três minutos que têm, inicialmente, à disposição.

Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se, para além do Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, a Sr.^a Deputada Luísa Portugal e os Srs. Deputados Alexandre Simões, Bernardino Soares e João Pinho de Almeida.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, no espaço de um minuto vou tentar questionar o Sr. Secretário de Estado sobre aquilo que ainda não foi respondido e vou pedir-lhe que, de facto, se puder, faça apelo à memória em relação às perguntas que lhe fiz há pouco e conclua a sua resposta.

Mas, já agora, acrescento mais duas perguntas.

Relativamente ao plano director regional de saúde de Lisboa, quanto à construção de novos hospitais, o que é que o Sr. Secretário de Estado tem a dizer sobre a sua concretização e sobre o seu planeamento, bem como sobre o que vai acontecer às instalações do actual hospital de Vila Franca de Xira até 2006, isto é, se vai merecer obras, se vai merecer a sua continuação no tempo ou o que é que o Governo pensa sobre a matéria.

Terminei, Sr. Presidente, em menos de um minuto.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Muito obrigado por ajudar a Mesa, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Portugal.

A Sr.^a Luísa Portugal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, antes de mais, os meus cumprimentos muito especiais pelas novas funções que desempenha. Espero que, ao contrário de outros Colegas, de facto, fique bem na fotografia à frente desse lugar...

Risos do PS.

Quero colocar-lhe, muito rapidamente, duas questões concretas, uma das quais tem a ver com aquilo que nos disse sobre a não existência de um programa funcional para o novo hospital de Vila Franca de Xira e a não existência de terreno — mas, afinal, parece que a ARS já aprovou esse mesmo terreno...

Em relação a esta matéria, gostaria que o Sr. Secretário de Estado me explicasse como é que é possível, em tão pouco tempo, surgir esta questão. E, se calhar, não quero que me explique porque tanto o Sr. Secretário de Estado como eu sabemos, mas parece que alguns seus colegas, nomeadamente do PSD, não sabem.

Há compromissos assumidos, não escritos mas já assumidos pelo anterior governo do Partido Socialista, nomeadamente com as câmaras municipais da região do hospital de Vila Franca de Xira, designadamente com câmaras que são do PSD, pelo que este facto deveria constar da listagem que o Sr. Deputado nos trouxe sobre a avaliação do percurso do Partido Socialista. É pena que as partes positivas...

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Está aqui tudo! Se quiser, ainda lhe dou mais nomes de hospitais!

A Oradora: — Não, muito obrigada, também tenho!

Portanto, gostava de saber que tipo de resposta é que vai dar aos cidadãos que têm esta expectativa, aos cidadãos da zona de Vila Franca de Xira e aos cidadãos da zona sul do distrito do Ribatejo, que também são utentes do actual e do futuro hospital de Vila Franca de Xira.

Mas uma questão a que ainda gostava que me respondesse tem a ver com o seguinte: todos sabemos que o Partido Socialista, procurando estruturas inovadoras para dar respostas a problemas antigos, criou...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha chegou ao fim. Agradeço-lhe que termine o raciocínio.

A Oradora: — Sr. Secretário de Estado, só quero saber o que vai fazer com o grupo de missão das parcerias de saúde, que foi, de facto, assumido em Conselho de Ministros, este, sim, no tempo do Partido Socialista e do ministro Correia de Campos.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Simões.

O Sr. Alexandre Simões (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, quero questioná-lo no sentido de saber se tem conhecimento onde fica situado o hospital de Loures, visto que o tenho procurado e não o encontro...

Este hospital — e recordo-o a esta Câmara, aliás, o assunto até seria caricato se não fosse estarem em causa as legítimas expectativas e os direitos dos utentes —, em face daquilo que foi prometido por um Governo que pensávamos ser responsável, estaria pronto em 2001...! Recordo aqui — aliás, tenho aqui a notícia, exactamente para a Câmara poder apreciá-la — que este hospital foi prometido em Abril de 1997, pelo, então, Sr. Secretário de Estado da Saúde Arcos dos Reis — e podíamos pasmar se isto não fosse habitual —, numa apresentação pública do seu candidato à Câmara Municipal de Loures, Menezes Rodrigues, com a presença do Dr. Jorge Coelho, no melhor estilo socialista...

Vozes do PSD: — Claro!...

O Orador: — Pasme-se! Este hospital estaria pronto em 2001, mas já estamos em 2002 e, de facto, podemos ver onde está esse hospital!... O Sr. Secretário de Estado sabe onde está? Eu não sei e penso que ninguém sabe, nomeadamente a população de Loures, que não tem conhecimento onde fica situado. Neste momento, a única coisa de que tenho a certeza é que, contrariamente ao passado, não vamos ter um Governo de «faz-de-conta», não vamos ter um Governo de inaugurações virtuais; vamos ter, sim, um Governo para governar Portugal!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, não quis interrompê-lo mas chamo a sua atenção para que a pergunta formulada pela bancada do PSD é sobre o hospital distrital de Vila Franca de Xira. É isso que estamos aqui a discutir e não outras unidades hospitalares.

Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde (a quem também cumprimento no exercício das suas novas funções), de facto, é muito importante sabermos em que ponto está esta matéria, integrada no plano de reestruturação das estruturas hospitalares em todo o distrito de Lisboa, designadamente na zona da cintura de Lisboa, a qual tem merecido a atenção desta Câmara, aliás, em diversos momentos, como foi aqui bem lembrado.

O que quero perguntar ao Sr. Secretário de Estado tem a ver com os modelos de gestão. Trata-se de uma questão que foi também suscitada pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, mas que não foi respondida na primeira intervenção do Sr. Secretário de Estado e gostávamos de saber o que é que o Governo pretende fazer.

Queremos, pois, saber se o Governo vai manter as soluções privatizadoras ou de desresponsabilização do Estado para as autarquias, que o governo do Partido Socialista já ensejou com a diligência de quem, até já demitido, preparou e fez aprovar a legislação que permite essa gestão privada, ou de maior responsabilização das autarquias — no que contou, aliás, com a oposição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses —, ou se, defendendo o interesse público, vai garantir que estes hospitais, integrando-se na rede pública, tenham também uma gestão pública, consentânea com a defesa dos interesses das populações, com a defesa da melhoria dos cuidados de saúde e não com a primazia à poupança para o lucro, que sempre, em matéria de saúde, quando a saúde é tratada como mercadoria, as entidades privadas têm como primeiro objectivo, facto de que, aliás, o Hospital Amadora-Sintra é um bom exemplo.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para finalizar os pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, muito rapidamente, quero solicitar-lhe três esclarecimentos, o primeiro dos quais tem a ver com uma questão que me pareceu que o Sr. Secretário de Estado esclareceu, mas que não percebi concretamente, que é a de saber se o problema do terreno está definitivamente resolvido. É que a questão do terreno do hospital de Vila Franca foi, durante muito tempo, uma das questões de que embora não se falasse tanto esteve sempre por resolver.

O segundo esclarecimento tem a ver com a situação do actual hospital de Vila Franca. Quem o conheça sabe que o actual hospital de Vila Franca de Xira é um conjunto de realidades completamente assimétricas, ou seja, tem alas com muitos anos de existência e, portanto, com as deficiências próprias de uma instituição de saúde com tantos anos e tem algumas alas mais recentes que até prestam serviços com bastante qualidade, pelo que me parece que não podem ser desaproveitadas. Assim, gostava de saber qual é a solução para as actuais instalações.

Não podendo, obviamente, perguntar sobre os outros hospitais do distrito, e percebo a limitação de tempo, pergunto, de outra forma, ao Sr. Secretário de Estado, quais são as populações que vão beneficiar do novo hospital de Vila Franca de Xira, para, depois, de alguma forma, tentar compreender como é que isso será articulado com os outros hospitais a construir no distrito de Lisboa.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, dispondo do tempo global de 10 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde: — Sr. Presidente, vou procurar também fazer alguma poupança de tempo, respondendo, naturalmente, a todas as questões que me foram colocadas.

De facto, algumas perguntas ficaram por responder ao Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, mas quero recuperá-las.

Em bom rigor, solicitou ao Governo a informação sobre se as obras seriam iniciadas em 2004 e devo dizer-lhe que há, neste momento, um esforço para anteciparmos até, um pouco, o arranque das obras. Aliás, posso adiantar que a equipa responsável por todo este processo trabalha diariamente.

Nesta fase, não posso ainda indicar prazos concretos, para falar verdade e não fazer o que outros já fizeram num passado não muito distante, mas digo-lhe que, efectivamente, o tempo previsto para a duração deste processo, e esse é que interessa, é de quatro anos. Portanto, apontamos para a entrada em funcionamento do hospital em 2006.

Naturalmente, repito, envidaremos todos os esforços para encurtar prazos, cumprindo a lei e, acima de tudo, dando garantias de rigor, de transparéncia, de eficácia e de eficiência neste processo.

Relativamente à questão dos profissionais, também levantada pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho na sua pergunta inicial, posso dizer que este processo também constituirá um exemplo em termos de planeamento, no nosso ponto de vista. Há que acautelar os embates de uma transferência de recursos humanos, enfim, com novo factor tecnológico e, acima de tudo, com uma outra capacidade de resposta e com uma outra responsabilidade. A dois anos de distância da abertura do novo hospital será feito um processo de «empresarialização» no actual, tendo em vista a adopção de uma nova cultura e, acima de tudo, a formação de recursos humanos e a preparação para que o novo hospital abra de facto em condições de funcionamento e não parcialmente, como em outros casos de todos nós conhecidos.

O Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, no seu pedido de esclarecimento adicional, questionou o Plano Director Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, esta é uma matéria que também já mereceu amplo debate. É, neste momento, um documento de diagnóstico com várias versões, mas, nesta matéria em concreto, também afirma a necessidade de um novo hospital em Vila Franca de Xira, dando dois ou três indicadores importantes para o grupo que assumiu a responsabilidade deste processo, conforme já referi.

A Sr.^a Deputada Luísa Portugal, a quem agradeço a simpatia do cumprimento, recoloca a questão do programa funcional e do terreno. Sr.^a Deputada, não tenho qualquer prazer em afirmar-lhe que, de facto, o programa funcional não foi concluído por incapacidade da empresa a quem foi adjudicado tal trabalho. Trata-se de uma matéria adjudicada — se a memória não me trai — em Julho de 1999 pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo, mas o trabalho não foi concluído. É impensável afirmar que há um hospital em 2001 ou em 2002 sem sequer haver um programa funcional, e a Sr.^a Deputada sabe tão bem quanto eu do que estamos a falar.

No que toca à questão do terreno, os documentos que existem são os que estão à disposição, quer na câmara

municipal, quer nas direcções regionais, quer na ARS de Lisboa e Vale do Tejo, e, de facto, só no dia 5 de Abril de 2002, que é uma data interessante, a data em que ocorreu mudança de governo, é que foi proposta a aprovação da localização do terreno, que, obviamente, é um processo que remonta a 1997, como seguramente também sabe.

Diz-se que há condicionantes, mas essas condicionantes, até em função da reunião realizada entre o Sr. Ministro e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, serão seguramente ultrapassadas em tempo útil; já não são condicionantes relevantes.

Quanto ao grupo de missão, posso dizer que, neste momento, está a trabalhar, porque tem uma missão que lhe foi cometida. E, naturalmente, conforme o Sr. Ministro já afirmou no Parlamento, tudo aquilo que estava a correr bem, dentro da normalidade, e que se enquadra no Programa do XV Governo Constitucional continuará. E o grupo de missão tem esta missão específica e outras que já lhe foram cometidas, nomeadamente pelos outros hospitais da coroa de Lisboa, e está a fazer o seu trabalho em bom ritmo; é, aliás, responsável pela preparação do estudo estratégico que vai definir aquilo que não está definido, que é o perfil e a carteira de serviços do novo hospital.

O Sr. Deputado Alexandre Simões questionou-me sobre o hospital de Loures. Bom, tenho oportunidade de dizer-lhe que se trata de um processo muito semelhante ao do novo hospital de Vila Franca de Xira. Neste momento, também está em fase de aprovação um terreno, constituído por várias parcelas, onde ainda há muito trabalho a fazer, em parceria, entre o Governo e a autarquia local, mas também não passou desta fase.

O Sr. Deputado Bernardino Soares pede-nos para fazermos o ponto da situação de todos os hospitais. Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que aquele conjunto de hospitais de que nos habituámos a falar e a discutir aqui, além dos dois já aflorados, estão neste ponto — talvez os hospitais de Cascais e de Sintra estejam mais adiantados, porque há localizações de terreno e propriedades já num ponto de situação diferente —, incluindo o Hospital de Todos os Santos, cujo dossier estamos a recuperar.

O Sr. Deputado Bernardino Soares falou do modelo de gestão e perguntou se as autarquias irão ter maior responsabilidades ou se o seu orçamento irá ser penalizado por parcerias.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Agora nem podem endividar-se, como sabe!

O Orador: — Pareceu-me ter sido isto que quis indicar.

O Sr. Ministro já afirmou, na respectiva comissão parlamentar, que as parcerias, em relação a esses hospitais, serão público/privadas. Aliás, o Sr. Ministro teve oportunidade de reunir, por uma questão de ética, com a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, com a qual havia algum compromisso, pelo menos verbal, de uma parceria público/público, e de esclarecer o porquê desta inversão da política do XV Governo, de resto, matéria que mereceu a satisfação dos autarcas com os quais havia compromissos anteriores.

Não invalida isto que as autarquias sejam chamadas a uma participação activa nestes processos e que haja uma grande participação e até uma desconcentração de poderes para as autarquias em matéria, por exemplo, das extensões dos centros de saúde e em termos de rede, não só de cui-

dados de medicina familiar mas também da rede de cuidados continuados.

Portanto, em termos da política do Governo, a aproximação, o trabalho conjunto com as autarquias será, naturalmente, valorizado, potenciado e algo pelo qual iremos ter o maior carinho e, acima de tudo, sempre em mente, porque as autarquias são, de facto, essenciais para que determinados projectos resultem no tal tempo útil com eficácia e eficiência.

Quanto à questão da defesa do interesse público e dos modelos de gestão, Sr. Deputado, aí, seguramente, nunca estaremos de acordo. O Sr. Deputado coloca sempre a questão de o interesse público, o interesse dos cidadãos, não ficar salvaguardado se o processo de gestão não for essencialmente público, o que não é verdade.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — É, sim!

O Orador: — Conforme sabe, neste momento, o diagnóstico da situação actual do Serviço Nacional de Saúde está feito. Não podemos continuar a fazer diagnósticos sobre diagnósticos, temos de actuar sobre o diagnóstico que todos conhecemos, que todos partilhamos e relativamente ao qual, em alguns casos, até encontramos consenso.

Portanto, o que interessa, no caso concreto, é que exista, num prazo útil, o hospital de Vila Franca de Xira; o que interessa é que esse hospital esteja na rede pública; o que interessa é que, nesse hospital, os cidadãos da sua área de influência, que é a que está definida — respondendo à pergunta do Sr. Deputado João Pinho de Almeida —, não percam um único dos seus direitos constitucionais, muito pelo contrário, que vejam acrescidos os seus direitos a terem melhores cuidados, uma melhor acessibilidade, mais humanização. É isto que está em causa.

Quanto ao modelo de gestão, é naturalmente importante, mas o mais importante aqui não é o sistema, não é o modelo, são as pessoas e, acima de tudo, os profissionais de saúde. É por aí, conforme está no seu Programa do XV Governo Constitucional, que o Governo continuará a trabalhar.

Relativamente à última questão que me foi colocada, que pretende saber qual a solução para as actuais instalações do actual hospital de Vila Franca de Xira, penso, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que respondi à questão da área de influência, pois não há qualquer alteração; é aquela que estava definida anteriormente.

O actual hospital de Vila Franca Xira vai, naturalmente, continuar. De resto, penso que o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho também colocou aqui alguma nota de preocupação quanto ao que vai acontecer ao hospital até 2006. Devo dizer que o hospital distrital de Vila Franca de Xira, naturalmente, continuará a merecer da parte do Governo um grande empenho, uma grande atenção, porque, até 2006, tem de continuar a prestar cuidados de saúde, tem de evoluir, não só em termos do seu quadro de pessoal como em termos de formação, para termos uma melhor capacidade de resposta. Portanto, iremos fazer os investimentos que forem tidos por convenientes.

No entanto, uma coisa quero afirmar ao Parlamento: não iremos fazer investimentos como o último realizado, de 400 000 contos, em função da mediatisação de uma ocorrência na urgência. Não iremos, no dia seguinte, dar uma autorização de investimento de 400 000 contos para responder não se sabe ao quê, tendo como único argumento de despacho de autorização o objectivo de sanar uma imagem transmitida por um canal de televisão.

Para que isto não volte a acontecer, os investimentos serão integrados no planeamento e em sintonia com o conselho de administração e com ARS de Lisboa e Vale do Tejo, porque estamos a falar de dinheiro público, que tem de ser cada vez melhor aplicado e, acima de tudo, tem de ter objectivos de médio e longo prazo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — E o que foram os hospitais de Torres Novas e Abrantes?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, terminada esta pergunta, vamos passar à próxima, que é relativa à política do Governo para as SCUT, que será formulada pelo Sr. Deputado José Junqueiro e respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Srs. Deputados, suspeito, pela animação que ouvimos hoje na rádio e pela figura do interpelado, que esta vai ser uma pergunta animada. Em todo o caso, volto a reiterar o meu pedido aos Srs. Deputados e aos Membros do Governo de nos limitarmos aos termos regimentais, de forma a acabarmos a sessão a horas sensatas.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, em primeiro lugar, cumprimento-o pelas funções que agora está a exercer, e, como sabe, transmitem-lhe cumprimentos amigos e de camaradagem parlamentar.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação anunciou, em múltiplos órgãos da comunicação social, a introdução de portagens nos itinerários construídos segundo o sistema SCUT, ou seja sem custos para os utentes, completamente ao arrepio dos interesses das populações, nomeadamente daquelas que, no interior, vivem com maiores dificuldades.

Não se sabe ao certo se está a «lançar-se a escada», como diz o povo, ou se, de facto, já se trata de uma decisão consumada. Iludindo esta questão na campanha eleitoral, eis que aparece agora o Sr. Ministro, em concorrência, eventualmente, com a Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças, a lançar mais um imposto — um pesadíssimo imposto — sobre as populações mais desfavorecidas.

Os governos anteriores criaram muitos incentivos no interior do País para o aparecimento da actividade empresarial, para postos de trabalho, com diminuição de impostos, introduzindo uma rede de gás natural que o PSD tinha negado, desenvolvendo a agricultura, criando escolas completas, serviços e hospitais, facilitando a mobilidade e ligando o interior ao litoral e ao resto da Europa através de uma rede de estradas e de auto-estradas, oferecendo ao País um plano rodoviário nacional para todos, sustentado financeiramente e baseado na igualdade de oportunidades.

Compreendendo mesmo a insularidade «arquipelágica» da Madeira ou dos Açores, canalizaram-se para as ilhas, sem qualquer dúvida e com inteira justiça, significativos recursos nacionais. Porém, como já se deveria ter compreendido, há regiões no interior do País que são tão ou mais carenciadas que as ilhas e relativamente às quais não deve haver qualquer hesitação.

Assim, com determinação, tentaremos evitar que no IP2, no IP6, no IP3, no IP5 e em todos os outros itinerários exista e se faça a introdução destas portagens, na justa

medida em que não podemos continuar a fazer o desperdício público do passado, em que se construíram estradas como o IP5 ou o IP4, tendo-se verificado no final que as mesmas não tinham qualquer utilidade prática e que precisavam de ser substituídas.

Assim, pergunto ao Sr. Secretário de Estado — e é isto o que interessa saber — como vão introduzir portagens no IP5, no IP2, no IP3 e no IP6 se não existem itinerários alternativos. Quantos milhões de euros vai o Governo gastar para construir esses itinerários alternativos? Finalmente, em nome da verdade, vai o Governo introduzir portagens nestas estradas, acabando com o sistema SCUT, ou isto não passa de uma mera tentativa de «lançar a escada» para ver se pega este novo imposto sobre as populações?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro): — Sr. Presidente, antes de mais, permita-me que lhe dirija uma saudação especial, que torno extensiva a todos os Srs. Deputados.

Sr. Deputado José Junqueiro, agradeço as palavras que me dirigiu e também a pergunta que me formulou. Talvez a pergunta que o Sr. Deputado formula ao Governo possa marcar o início de um debate que a Assembleia da República, o Governo e o País têm de fazer sobre a questão viária. É que o País — e o Sr. Deputado sabe-o tão bem como eu — tem uma questão viária para resolver.

O Sr. Deputado José Junqueiro ia a muito bom ritmo na formulação da sua pergunta, mas, às tantas, referiu dois aspectos: primeiro, disse que o plano do governo do PS era financeiramente sustentado. Não era, Sr. Deputado!

Depois, o Sr. Deputado José Junqueiro disse que era preciso evitar o desperdício do passado, estava certamente a referir-se aos múltiplos desperdícios dos governos do PS.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas vamos, então, à questão. Não há nenhuma decisão tomada quanto à conversão de auto-estradas com portagens virtuais em auto-estradas com portagens reais.

O Sr. José Sócrates (PS): — Mais um recuo!

O Orador: — No entanto, estamos a fazer agora, *a posteriori*, aquilo que deveríamos ter sido feito *a priori*, ou seja, fazer as contas para se saber quanto custa os encargos com SCUT e verificar qual o impacto dos mesmos sobre o Orçamento do Estado.

A rede SCUT vai entrar em serviço em 2006. Assim, fizemos um exercício para o ano de 2008, sendo que, nessa altura, os encargos com SCUT serão de 130 milhões de contos. Se fizermos uma projecção do Capítulo 50 do Orçamento do Estado, com um crescimento à taxa média anual de 3%, obtemos 121 milhões de contos; portanto, faltam 9 milhões de contos para pagar os encargos com SCUT.

Fazendo o mesmo exercício numa óptica mais optimista concluirímos que, com um crescimento do Capítulo 50 à taxa média de 6%, obteremos um valor de 148 milhões de contos, o que, em 2008, daria para pagar os encargos com SCUT e ainda sobrariam 18 milhões de contos.

Ora, eu gostaria que o Sr. Deputado José Junqueiro me dissesse quantos quilómetros de estrada se podem construir e conservar com 18 milhões de contos.

O que estamos a fazer, Sr. Deputado José Junqueiro, é tão simplesmente isto:...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que conclua, pois já ultrapassou o tempo regimental em quase 1 minuto. Está a beneficiar da distração da Mesa, Sr. Secretário de Estado, mas peço-lhe que termine, porque, na resposta aos pedidos de esclarecimentos adicionais, pode completar!

O Orador: — ... assumimos todas as nossas responsabilidades menos uma — e esta nunca a assumiremos —, que é a de hipotecar o futuro das próximas gerações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, além do Sr. Deputado José Junqueiro, os Srs. Deputados Paulo Batasta Santos, Acílio Gala, Bruno Dias, Fernando Serrasqueiro, Nelson Baltazar e José Apolinário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente, gostaria de dizer ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas que — e elogio até o esforço que aqui foi feito, com este exercício —, a verdade é que os encargos com o sistema SCUT estão perfeitamente sustentados do ponto de vista financeiro, e não vale a pena dramatizar esta matéria, porque no País, Sr. Secretário de Estado, não há qualquer crise económica. Poderá haver com as medidas que o senhores estão a tomar, mas, neste momento, não há nenhuma crise e isto está sustentado financeiramente.

Por outro lado, por que é que eu falo em desperdício? O Sr. Secretário de Estado sabe — e concorda comigo certamente — que quando se acabou de construir o IP5, cuja construção vai de 1985 a 1995, os senhores depararam-se com uma via de comunicação essencial que não servia ao País e que, tristemente, é conhecida por «estrada da morte». E hoje sabemos que é necessário fazer ali uma auto-estrada. O mesmo aconteceu com o IP3, com o P4. Ora, isto leva-me a perguntar: qual foi a gestão que os senhores fizeram durante o tempo em que foram governo, ao planearem e concretizarem estradas, para no dia seguinte estarem aqui em peso — e foi isto o que fez a sua bancada — a exigir auto-estradas por cima dessas novas estradas?

Sr. Secretário de Estado, chamamos a isso boa gestão ou desperdício, absolutamente intolerável num País com recursos limitados como é o nosso?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria de dizer também que, para além do erro de contas e de estar devidamente comprovada a sustentabilidade do sistema, esta é uma opção política. Muito me congratulo que não haja nenhuma decisão tomada, que se dê o dito por não dito, que o Governo faça, nesta matéria também, um recuo. Mas devo dizer também, Sr. Secretário de Estado, que, nesta matéria, nada pedimos ao Governo, porque mobilizaremos a opinião pública, os

autarcas, as associações empresariais, as instituições e os cidadãos para que, dentro do quadro democrático, os senhores sejam impedidos, pela opinião pública, de lançar as portagens, um novo imposto absolutamente injusto sobre o povo português.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Fazem o mal e a caramunha!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Batista Santos.

O Sr. Paulo Batista Santos (PSD): — Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para, através de V. Ex.^a, cumprimentar toda a Câmara na primeira intervenção que nela faço.

Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, não concorda que o Sr. Deputado José Junqueiro ignora que fez parte de um governo que deixou o País de tanga e que, ao nível de execução do Plano Rodoviário Nacional, foi um autêntico desastre?

Protestos do Deputado do PS José Junqueiro.

Invoco, por exemplo, o distrito de Leiria, onde a única coisa que o governo do PS fez foi colocar portagens no IC1 e renomeá-lo para A8.

O Sr. Secretário de Estado também não concorda comigo de que é lamentável que o Sr. Deputado José Junqueiro tenha andado toda a manhã nas estações de rádio, como o Sr. Presidente disse, a falar na questão da portagem do Oeste e que agora esconda esta matéria da Câmara.

Protestos do Deputado do PS José Junqueiro.

De qualquer modo, devo dizer que essa foi uma luta justa, legal e, naturalmente, cívica, ao contrário daquilo que o Partido Socialista apregoa que irá fazer nesta matéria das SCUT.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Então, vão acabar com as portagens!

O Orador: — Foi legal, porque, em Julho de 1997, o Sr. Provedor de Justiça deu razão, nesta matéria, ao PSD, ao movimento cívico e à Assembleia da República, que, em Novembro de 1997, elaborou uma lei que foi, um mês mais tarde, confirmada pelo Tribunal Constitucional.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Então a portagem do Oeste vai acabar!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, pergunto-lhe: não concorda que foi devido à falta de coerência que o PS revela nesta Câmara que o País o colocou na oposição? Aliás, o Dr. António Costa, que, como se sabe, foi eleito pelo círculo eleitoral de Leiria, teve um resultado eleitoral que é bem patente do modo como o País avalia hoje o trabalho do governo PS.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Acílio Gala.

O Sr. Acílio Gala (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, agora, que está na ordem do dia o reforço ou a reforma em profundidade das finanças públicas pelo lado das receitas, convirá ter presente que não é menos urgente uma série de reformas, igualmente profundas, na óptica do controlo das despesas.

As concessões de auto-estradas sem custos para o utilizador, conhecidas por SCUT, dada a importância dos montantes que envolveram e apesar da controvérsia que por vezes suscitaram, não podem deixar de ser enquadradas e tratadas no âmbito mais geral da afirmação dos princípios e práticas que devem consubstanciar o desejável reforço de rigor orçamental.

Na medida em que as SCUT acarretam a realização de despesas públicas, parece-me que os princípios atrás referidos deverão ser aplicados ao seu enquadramento no âmbito orçamental, devendo essa aplicação ficar sob o controlo das entidades competentes da matéria.

Uma acusação feita frequentemente, ao que parece sem provas de qualquer espécie, é a de que as SCUT representam um desperdício de dinheiros públicos, porque o Estado acaba por pagar auto-estradas em regime de SCUT por um valor acima do que pagaria se viesse a obter os mesmos serviços por via tradicional, isto é, mediante a empreitada clássica de construção paga pelo Orçamento, em função da realização dos trabalhos.

Tendo ainda em atenção o turismo, que todos estamos empenhados em desenvolver, a necessidade de mobilizarmos todas as potencialidades dispersas pelo território e a densificação das relações de aglomeração e proximidade entre os diversos focos territoriais de desenvolvimento, de modo a ultrapassar disparidades e barreiras redutoras das possibilidades de um desenvolvimento equilibrado — e, ao que parece, o Sr. Secretário de Estado já afirmou que dispõe...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — ... dos valores que foram gastos —, pergunto: que estratégia pretende o Governo definir para o futuro em relação à utilização das SCUT?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, começo por saudar o Sr. Secretário de Estado das Obras Pública, no exercício das suas novas funções, e por dizer que, independentemente dos condicionalismos, das formas de financiamento e das acusações mútuas já aqui ouvidas entre o PS e o PSD, não podemos esquecer o facto — e esta é para nós uma das questões fundamentais em causa — de muitas das vias estruturantes, os IC e os IP, estarem ainda por concluir ou não estarem sequer iniciadas. Ora, estas vias estruturantes de desenvolvimento e de rede viária são, para nós, uma questão fundamental, que não pode ser esquecida, e não apenas no que diz respeito às SCUT, não se restringindo estas ao interior do País. Os exemplos referidos na comunicação social, os casos do IC28 e do IP9, entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, no litoral, que passariam a ter portagem, pelo menos entre Nogueira e Ponte de Lima, com acordos ou com falta deles, ou as portagens a criar na SCUT do Grande Porto, a famosa Circular Regional Exterior do Porto (CREP), também co-

nhecida por IC24, a tal que está prometida há 10 anos e que tem sido invariavelmente adiada.

No entanto, há outros casos no País em que estão em causa as particulares necessidades das regiões do interior, confrontadas com um atraso estrutural e com a ausência de alternativas reais em termos de rede viária e acessibilidades. Ora, como o Sr. Secretário de Estado nos disse que não havia qualquer decisão tomada nesta matéria, que iriam fazer as contas e que a rede SCUT só entraria ao serviço em 2006, pergunto: se não há uma decisão, então para quando a decisão? Entretanto, confirma-se a entrada ao serviço das SCUT em 2006, e vão ser mesmo SCUT ou serão só «CUT», ou seja, com custos para o utilizador?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, gostaria de saber se, porventura, estaremos perante mais uma fraude eleitoral, isto é, uma decisão do Governo que não tinha sido contemplada no próprio Programa do Governo, ou se estamos perante algo parecido com o que passa com o TGV e com a Ota, que já não foi... e passou a ser...! Mas o Sr. Secretário de Estado respondeu «não». Não sabe... está a estudar e vamos ver...!

Mas, Sr. Secretário de Estado, temos de ter sobre esta matéria ideias muito claras, porque, relativamente à SCUT do meu distrito, ela não é para 2006, já existe! Já passamos nela há muitos anos! E gostaríamos de saber se os troços que neste momento já estão em utilização vão passar a ter portagem, porque, Sr. Secretário de Estado, se é assim, este Governo não dá ao interior, tira, porque, como eu disse, já hoje se transita nesses troços sem portagens.

Mas o Sr. Secretário de Estado, porventura, até esteve aqui a assistir a uma discussão em que, exactamente o seu colega do lado, o Sr. Secretário de Estado da Saúde, quer fazer SCUT nos hospitais! Então, estamos contra SCUT nas estradas e quer-se fazer SCUT nos hospitais?! O que é que se está a pretender fazer? Pretende-se que os privados projectem, construam, conservem e, depois, o Serviço Nacional de Saúde paga por acto médico. A diferença entre estas SCUT é que nas rodoviárias paga-se por veículo, enquanto que nos hospitais o Estado paga por acto médico. Ora, é exactamente o inverso daquilo que pretende colmatar.

O Sr. Secretário de Estado diz-nos que em 2006/2008... Sr. Secretário de Estado, ouvi a Sr.ª Ministra das Finanças dizer que, em 2004, iria «desapertar o cinto» e que, porventura, o tal choque fiscal, com redução de receitas de 10 pontos percentuais no IRC, iria ser levado por dian-te. Então, a Sr.ª Ministra vem dizer que, nessa altura, há que «libertar o cinto», porque estarmos em condições de expansão, e o Sr. Secretário de Estado vem dizer-nos que, exactamente em 2006, há que «apertar o cinto»!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua por favor.

O Orador: — Mas há que «apertar o cinto», Sr. Secretário de Estado, não para o interior, há que «apertar o cinto»...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, também tem de apertar o tempo, por favor.

O Orador: — Eu aperto, Sr. Presidente, mas espero que o Governo também aperte as malhas nos desperdícios e que tenha uma política de solidariedade nacional para com o interior.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Baltazar.

O Sr. Nelson Baltazar (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar, com toda a cordialidade, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas — agora, em posições contrárias àquela em que estivemos até há uns tempos atrás — e por lhe dizer o seguinte: como o Sr. Secretário de Estado sabe, vivo numa região que tem uma futura SCUT à porta e que teve um dos maiores desenvolvimentos do País com a aprovação e a implementação do PRN-2000, concretamente com o IP6 e a futura sequência no IP2. Ou seja, Santarém, Castelo Branco, Portalegre, regiões do interior do País, precisam absolutamente de ter estas ligações ao litoral e à Europa. E precisam porquê? Porque temos problemas de interioridade e porque, neste século XXI, um dos pilares centrais para o desenvolvimento — sobre o qual já uma vez tivemos oportunidade de conversar e discutir — é, e são, os transportes e as acessibilidades.

Portugal iniciou, há cerca de 10 anos, um processo de desenvolvimento, uma estratégia que pretendia resolver uma série destes problemas que temos na interioridade do País, tais como as dificuldades que temos em desenvolver as regiões do interior e a ligação do litoral ao interior. E este processo levou-nos a dizer algumas coisas mais ou menos em uníssono: para desenvolver estas regiões precisamos de acessibilidades e de dar uma atenção particular a aspectos que tenham a ver com zonas de apoio logístico, com aeroportos internacionais, como o da Ota, e com ligações ferroviárias de alta velocidade.

Sr. Secretário de Estado, com toda a cordialidade, devo dizer que concordo consigo em alguns aspectos, e peço-lhe atenção para a continuação do desenvolvimento do interior do País, e que, no entanto, para terminar, só discordo consigo numa coisa: não estamos a hipotecer o futuro das nossas gerações, estamos a antecipar o futuro delas!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para um último pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, quis hoje a coincidência, está sentado ao lado de um colega de Governo que é eleitor no concelho de Portimão, situado no Barlavento do Algarve, e que fez campanha eleitoral com base num programa eleitoral que reclamava a urgente conclusão da via longitudinal do Algarve.

O sistema SCUT, de algum modo, permitiu acelerar um conjunto de obras em termos rodoviários, que de outra

forma não estariam hoje lançadas. Aliás, o governo do PSD, até 1995, nunca considerou prioritária a ligação da via longitudinal do Algarve até Lagos. No entanto, vem agora o Governo dizer que é necessário reponer a questão dos pagamentos sobre a utilização.

O Sr. Secretário de Estado é capaz de me explicar duas ou três questões? Primeiro: sabe quanto tempo é que um cidadão, a viver em Portimão, precisa para atravessar o concelho de Lagoa pela estrada nacional n.º 125, na gíria conhecida como «rua 125»? Se não sabe, pergunte ao seu colega de bancada, que ao longo dos últimos seis anos fez campanha eleitoral pela conclusão dessa via, lançada pelos governos do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Lançada?!

O Orador: — Sabe o Sr. Secretário de Estado qual é o impacto negativo, em termos de desenvolvimento turístico, na zona do Barlavento do Algarve pelo atraso que os governos do PSD sustentaram?

Afinal, Sr. Secretário de Estado, de que estamos a falar? De mais uma fraude, como muito bem suscitou o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, ou trata-se de impor uma clara situação de discriminação negativa em relação a uma zona significativa da região do Algarve?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estados das Obras Públicas, dispondo do tempo máximo global de 10 minutos, mas não tenho dúvidas de que o Sr. Secretário de Estado irá respeitar o tempo atribuído e até ajudar a Mesa, não o utilizando todo.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, bem gostaria de ir ao encontro da sua pretensão, porque a hora vai adiantada, mas os Srs. Deputados do Partido Socialista foram muito amáveis para comigo e colocaram-me muitas questões, pelo que não os quero deixar sem resposta, como V. Ex.^a também compreenderá.

Sr. Deputado José Junqueiro, manifestamente, não nos entendemos quanto à questão da sustentabilidade, que o Sr. Deputado diz existir, mas não o demonstra, e que eu digo estarmos perante um problema de insustentabilidade, cuja demonstração iniciei hoje e vou continuar a demonstrá-lo ao Sr. Deputado.

Depois, o Sr. Deputado José Junqueiro disse que o Governo já estava a dar o dito por não dito. Não se preocupe quanto a isso, porque não damos o dito por não dito!

Vozes do PS: — Não?!

O Orador: — Se tivermos de escolher entre a nossa popularidade e o bem do País, vamos escolher o bem do País. Não tenha dúvidas a este respeito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se os Srs. Deputados Paulo Batista Santos e Bruno Dias me permitirem, vou responder-lhes em conjunto, porque ambos falaram no plano rodoviário nacional.

Começo, todavia, por dizer ao Sr. Deputado Bruno Dias, no fundo, aquilo que já disse. Estamos a analisar o im-

pacto orçamental dos encargos com SCUT. Vamos analisar os constrangimentos que esse impacto determina, e, depois, vamos tomar uma decisão. Alguns Srs. Deputados especificaram este ou aquele troço de uma determinada rede viária, mas — tal como já referi — não está nenhuma decisão tomada, pelo que não vou dizer-lhes se vão ser «portajados» ou não. No momento certo, com toda a demonstração feita, vamos assumir essa responsabilidade perante o País. Que ninguém tenha dúvidas disto!

No que concerne ao plano rodoviário nacional, agradeço muito as perguntas dos Srs. Deputados Paulo Batista Santos e Bruno Dias. O primeiro parágrafo do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 142/97, de 6 de Junho, que criou a, então, JAE, Construção, S. A., diz assim: «Definiu o Governo como prioridade a revisão do plano rodoviário nacional de modo a estabelecer um programa para construção até ao ano 2000 da totalidade dos itinerários principais...»

Risos do PSD.

... e 50% dos itinerários complementares.».

O Sr. José Junqueiro (PS): — Isso é do tempo do Ferreira do Amaral! Foi em 1995!

O Orador: — Sabem os Srs. Deputados Paulo Batista Santos e Bruno Dias de quanto é o desvio em relação a este compromisso? É de 1705,5 km! É só esta a diferença!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se os Srs. Deputados quiserem, posso desagregar, porque fiz as contas. E, assim, Srs. Deputados, nos itinerários principais faltam 1066 km e nos itinerários complementares faltam 639,5 km em relação ao compromisso que está no preâmbulo do decreto-lei, que foi assinado pelo então Primeiro-Ministro, Eng.^o António Guterres.

Era também por isto que eu dizia que tínhamos uma questão viária para resolver, porque este desvio é de mais de 1500 km! Quando oiço aqui falar que ainda não estão prontas algumas acessibilidades, vindo esta crítica da bancada do Partido Socialista, qual poderá ser o meu estado de espírito? No mínimo, com toda a amizade que tenho pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, é de indignação! Ou não terei razão para isso?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS José Junqueiro.

O Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro falou em «fraude eleitoral». Já tinha ouvido isso. No entanto, Sr. Deputado, como quando se discutiam aqui questões de economia ou orçamentais estávamos até muito próximos um do outro, mas já nessa altura, recordo-lhe, havia, da parte da bancada do Partido Socialista, um aparte que surgia sempre: «Lá vêm eles...» — «eles» os Deputados do PSD — «... com as SCUT outra vez!».

Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, não há ninguém no País — é capaz de haver apenas uma meia dúzia de pessoas — que não saiba qual foi sempre a posição do PSD em relação às SCUT. Portanto, o Sr. Deputado não tem razão nenhuma naquilo que acabou de dizer!

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Vai haver portagens?

O Orador: — Não sei o que hei-de dizer mais aos Srs. Deputados!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, se não sabe poupamos tempo.

O Orador: — Mas sempre vou dizer-lhes o seguinte, e é uma confissão que lhes faço a esta hora, que já é tardia e próxima do almoço, num tom porventura até familiar: eu não sabia que a situação era tão grave!

Risos do PS.

Fiquei a sabê-lo agora, por força de me ter preparado para responder a esta pergunta. Quero, por isso, agradecer ao Sr. Deputado José Junqueiro, porque, provavelmente, tão cedo não me teria familiarizado com a gravidade desta situação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tal como eu confiava, o Sr. Secretário de Estado ajudou a Mesa em 2 minutos e 37 segundos. Os nossos agradecimentos.

Vamos passar à pergunta seguinte, sobre a construção do itinerário complementar n.º 2, IC2, em Santa Maria da Feira, que será formulada pelo Sr. Deputado Manuel Oliveira e respondida também pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Tem a palavra, Sr. Deputado Manuel Oliveira, para formular a pergunta.

O Sr. Manuel Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, a definição do traçado e construção do itinerário complementar n.º 2, no norte do distrito de Aveiro e, particularmente, no concelho de Santa Maria da Feira, é, sem dúvida, um dos principais problemas em termos de acessibilidade do norte do distrito de Aveiro ao Grande Porto.

Nesta Casa, em 16 de Outubro de 1998, o então Sr. Secretário de Estado dizia, claramente, que o IC2 era um troço de estrada importantíssimo entre o nó da Arrifana e o dos Carvalhos, que era uma grande preocupação, que o estudo prévio estava concluído, que tinha sido enviado ao Ministério do Ambiente, para aprovação, o traçado e que a sua execução teria início no ano de 2000. São palavras do Secretário de Estado do anterior Governo, estávamos em 1998.

Em Dezembro desse ano, a Comissão de Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental, nomeada pelo Ministério do Ambiente, dá um parecer negativo ao mesmo estudo de impacte ambiental, alegadamente por lacunas nos aspectos do tráfego, ruído e cartografia.

Esperava-se que estes aspectos fossem corrigidos rapidamente. No entanto, demorou dois anos a ser tomada a decisão de lançamento do concurso para a reformulação do estudo prévio nas componentes tráfego, ruído e cartografia.

É espantoso este espaço de tempo, mas mais espantoso é um ofício do gabinete do Sr. Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas, a pedido de uma junta de freguesia, a de Argoncilhe, e datado de 9 de Janeiro de

2001 — em cima das eleições presidenciais —, que dizia, em síntese, que os elementos relativos à base cartográfica e após o concurso para a correção das lacunas seriam entregues em Fevereiro de 2001, que, após a avaliação do impacte ambiental, seguir-se-ia a tramitação processual e que se previa o início de construção a partir de Janeiro do ano seguinte. Estávamos em Janeiro de 2001.

Apesar destas promessas, Sr. Secretário de Estado, os 13 km da estrada nacional n.º 1 não têm qualquer alternativa. Há filas continuas, há perda de vidas humanas resultantes de acidentes que regularmente ocorrem e há 400 m do PDM que estão cativos, obviando que os proprietários não possam utilizá-lo.

Em consequência, pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: para quando prevê a aprovação do estudo prévio? Para quando prevê a conclusão do projecto de execução? Que perspectiva tem quanto ao início da obra e o concurso público para a empreitada e respectiva execução?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Oliveira, começo a pensar que todas as perguntas que se relacionam com a rede viária são muito desconfortáveis, porque prometeram-se prazos para projectos para a conclusão das obras e, agora, confrontamo-nos com uma realidade que é completamente diferente daquilo que foi prometido.

Não trago boas notícias ao Sr. Deputado Manuel Oliveira. Quem me dera dizer-lhe que tudo estava a decorrer com normalidade e celeridade!

Esta informação que vou transmitir-lhe, Sr. Deputado, é de ontem, pelo que é muito recente. Este processo tem tido as suas atribulações e, quem as conhecesse bem, não podia dar as garantias que deu. Olhe, Sr. Deputado, o estudo prévio, em 1999, no processo de avaliação do impacte ambiental, recebeu desconformidade ambiental. Neste momento, está definido um corredor que está de acordo com os planos directores municipais das câmaras envolvidas. No mês de Junho, vamos lançar o concurso para a realização do estudo prévio, que vai integrar o estudo de impacte ambiental. Esperamos que, até ao 2.º semestre de 2003, porque há prazos para cumprir, o Instituto Nacional de Ambiente aprove o estudo de impacte ambiental. Só depois disso é que podemos realizar o concurso para o projecto de execução. Tendo em conta todos estes prazos, estou a dizer-lhe que teremos concurso para o projecto de execução no último trimestre de 2004.

Dir-me-á o Sr. Deputado: «É muito tarde!». Ao que lhe responderei: «Mas eu não tenho nada a ver com as propostas irrealistas que andaram por aí a apregoar!».

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Manuel Oliveira, Afonso Candal, Manuel Cambra e Bruno Dias.

Tem a palavra, por 2 minutos, o Sr. Deputado Manuel Oliveira.

O Sr. Manuel Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, obviamente não fico contente, e naturalmente as populações também não ficarão, com o anúncio que nos faz. Porém, por algu-

mas informações que, ao longo destes anos (e dramáticos anos!), fomos obtendo, esperávamos efectivamente que a conclusão fosse esta.

É que, infelizmente, no decurso dos tempos, particularmente nestes últimos e, mais concretamente, em Fevereiro de 2002, em plena campanha eleitoral para as legislativas, mais uma vez, o Instituto das Estradas de Portugal remeteu à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira aquilo a que chamava um estudo prévio, solicitando parecer sobre o mesmo, tendo a diligência da câmara sido rápida, pois, logo em 15 de Fevereiro, deu o seu parecer favorável a uma das propostas apresentadas.

Posto isto, lamento profundamente que o concurso para a realização do estudo prévio, na perspectiva que o Sr. Secretário de Estado aqui nos coloca, só vá ser lançado em Junho de 2002.

Mas, enfim, tenho uma forte confiança em que V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, e o Governo tenham o empenhamento político — e estou certo que o empenhamento pessoal do Sr. Secretário de Estado será uma realidade — que não houve nestes últimos seis anos, para que este projecto avance efectivamente no sentido da sua concretização.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, antes de mais, permita-me cumprimentá-lo com amizade e referir a sua frontalidade, já conhecida, nomeadamente naquela crítica feroz que dirigiu ao ex-Ministro das Obras Públicas, Ferreira do Amaral. V. Ex.^a diz que as estradas estão todas por fazer, praticamente, os 1700 km que ainda faltam...! Bem, como o governo do Partido Socialista fez várias e não destruiu nenhuma, aquilo que V. Ex.^a quer dizer é que o Sr. Engenheiro Ferreira do Amaral praticamente não esteve a fazer nada no governo, a não ser *marketing* político.

Risos do PS.

Ágora, quanto à questão concreta, V. Ex.^a está aqui também a assumir alguns compromissos, nomeadamente sobre datas, a dizer que, no último trimestre de 2004, arrancarão as obras. Assim, a minha questão é muito simples e tem a ver com a parte mais difícil, que é a definição de um corredor claro, de acordo com os PDM das diversas autarquias, V. Ex.^a tem-na pronta, como referiu. Esta é claramente a parte mais difícil, todos terão consciência disso, pelo menos, quem conhece aquela zona, pelo que V. Ex.^a, ai, não pode dizer que tem, nesta questão do IC2, uma «pesada herança»; ao contrário, tem o caminho já desbravado, o corredor aberto e definido, com a parte urbanística toda legal e resolvida.

Ora, a minha questão é muito simples: V. Ex.^a referiu que, no último trimestre de 2004, arrancarão as obras. E se o estudo de impacte ambiental que V. Ex.^a vai ser feito for «chumbado»? V. Ex.^a apresentará a sua demissão, virá aqui assumir as suas responsabilidades ou entende que são, enfim, acidentes de percurso que podem acontecer, e para isso mesmo há os estudos de impacte ambiental? Isto, para referir que esse problema existiu no passado, e o governo socialista foi confrontado com um «chumbo» de âmbito ambiental. No entanto, reformulou e deixou-lhe o corre-

dor pronto. Faça V. Ex.^a, agora, a parte mais fácil, porque também é a sua obrigação.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Cambra.

O Sr. Manuel Cambra (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, conhecedor profundo da necessidade da execução desta obra, tendo em atenção o tráfego que ali se gera e sendo o norte do distrito de Aveiro, como sabem, uma área profundamente ligada a empresas em laboração e com ligações muito difíceis ao interior, tenho a certeza — e já o fiz ver numa pequena intervenção noutra área — de que V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, dará continuidade ao Plano Nacional Rodoviário 2000, com as alterações que lhe entendam formular.

Esta é uma obra tão interessante que a pergunta do Sr. Deputado Manuel Oliveira vem mesmo na hora, porque eu também pretendia fazê-la. A pergunta tem a ver com a necessidade da ligação do interior, a norte do distrito e a sul, na Área Metropolitana do Porto, a vias fundamentais como a variante A327 ou o IC1, que é uma obra de grande valor, que também se encontra em atraso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Temos de ter em conta que aquelas indústrias têm necessidade de, no futuro, por uma questão económica, de transporte e de custos, usar o caminho ferroviário da Linha do Norte, dado a via larga que possui, para escoar produtos que sistematicamente são fabricados e utilizados também no exterior, porque é uma área que, antes,...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, faça favor de terminar.

O Orador: — ... estava já na Europa antes da adesão de Portugal à CEE, uma área de permanente luta, de constante definição daquilo que se pretende, sem desprezar, como é óbvio, para outras áreas do interior...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, peço desculpa, mas tem de terminar. Já excede o seu tempo.

O Orador: — Então, terminei, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, já foi referida a caótica situação actual: estima-se em mais de 20 000/dia o número de veículos que utilizam aquela estrada, sendo de 4000 entre as 8 horas e 30 minutos e as 9 horas e 30 minutos. Além disso, o carácter estruturante da via é determinante, inclusivamente para a definição do modelo de desenvolvimento para aquele concelho, estando o PDM em fase de revisão e, naquela zona, com opções que é preciso tomar. Também nesta matéria, se isto são traços em comum entre o comportamento passado do PS e do

PSD, com mútuas acusações de responsabilidade, com o apoio às propostas do Grupo Parlamentar do PCP, nomeadamente em sede de PIDDAC, estando na oposição, e a recusa das mesmas propostas, estando no governo,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — ... e isto aconteceu reiteradamente. Também por esta razão pode compreender-se algum natural desconforto, já aqui referido, embora os três anos de atraso, já referidos, sejam iniludivelmente registados no mandato do governo PS.

Era, de facto, o PS que estava no governo nessa altura e foi, de facto, o PCP que apresentou sucessivas propostas sobre o financiamento deste projecto estruturante; foi o PCP que, no terreno, promoveu e apoiou a reivindicação justa desta importante medida, mesmo sem um Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Aveiro. Conseguimos fazer aquilo que outros Deputados eleitos não conseguiram.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. António Costa (PS): — O povo de lá é muito mal agradecido!

O Orador: — Assim, a questão que, neste momento, se coloca é clara: perante uma estrada nacional completamente congestionada e com preocupantes níveis de sinistralidade naquela zona, perante a insuficiência clara de acessibilidades rodoviárias e de transportes, inclusivamente também ao nível ferroviário, com o desinvestimento claro na rede ferroviária secundária e de transportes colectivos naquela região, e perante o compromisso também já aqui notado e assumido por V. Ex.^a, de, no último trimestre de 2004, dar inicio às obras, qual é, Sr. Secretário de Estado, a posição e a prática que podemos esperar do Governo, no sentido da efectivação das medidas referidas, para garantir o cumprimento do calendário anunciado por V. Ex.^a? E, quanto ao já repetido argumento do estado das finanças públicas, estaremos livres dele no decurso deste processo, ou ele está guardado para algum destes dias?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Oliveira, acompanho-o na surpresa que o Sr. Deputado, de alguma forma, revelou, certamente querendo significar que lhe faz alguma confusão, e também a mim, como é que determinadas vias, que são de prioridade indiscutível, sofreram tantos sobressaltos, tantos atrasos, e como é que foi possível fazer, a esse propósito, tantas propostas irrealistas. Porventura, a questão das promessas irrealistas é decerto aqui o caso mais grave, porque elas configuraram um determinado tipo de conduta que eu até nem gostaria de adjetivar, pelo que deixo cada um dos Srs. Deputados encarregar-se disso.

Sr. Deputado Afonso Candal, acho que foi de muito mau gosto para si, que não para mim, voltar aos 1705,5 km. E que exemplo foi buscar o Sr. Deputado Afonso Candal? O Sr. Engenheiro Ferreira do Amaral! Ora, vou juntar ao

Sr. Engenheiro Ferreira do Amaral, para ele ficar, aliás, muito bem acompanhado, o Sr. Professor Cavaco Silva e vou dizer ao Sr. Deputado Afonso Candal, muito a sério, qual era a grande diferença. É que, quer o Sr. Professor Cavaco Silva, quer o Sr. Engenheiro Ferreira do Amaral, quando diziam que estavam ali 32 km de estrada, estavam!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Estamos a falar no Algarve!

O Orador: — Os senhores dizem que elas estão no preâmbulo de um decreto-lei, que foi assinado pelo Sr. Engenheiro António Guterres, e não estão! E sabe quanto é que não estão? Vou recordar-lhe outra vez (é uma vergonha!): 1705,5 km! Vou dizer-lhe, mais: nunca aqui vim, enquanto membro do Governo, numa situação, infelizmente para o País, tão cómoda como a minha,...

O Sr. António Costa (PS): — Tem tudo feito!

O Orador: — ... porque este desvio, Sr. Deputado Afonso Candal, não tem nome! Este desvio não tem nome! E também não o adjetivo.

Nesta Casa, que também é a minha, não é preciso rectificar o que se disse, porque está registado tudo o que afirmei antes. Mas, ainda assim, aconselha a experiência que se deva fazer essa rectificação. Os Srs. Deputados confundiram duas coisas, mas tenho a certeza de que não foi por mal: no último trimestre de 2004 estará concluído o projecto de execução. Não é o início das obras! Os Srs. Deputados sabem que, nessa altura, ainda há uma tramitação a seguir que não é tão curta como isso!

Portanto, vou reiterar o que eu disse: conclusão do projecto de execução no último trimestre de 2004. Não é o início das obras, como referiu o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Então, para quando o início das obras?

O Orador: — O Sr. Deputado Manuel Cambra falou mais da falta de acessibilidades do que daquelas que existem, que são poucas. Não queria consumir mais a paciência dos Srs. Deputados, mas o Sr. Deputado Manuel Cambra, em função deste «desvio», que já repetiu umas três vezes, detectou aí a justificação para não encontrar ainda as acessibilidades. Sr. Deputado, elas não foram prometidas! É uma coisa diferente! Elas não constam nem do programa eleitoral nem do programa do governo que foi executado mas, sim, do primeiro parágrafo — até sublinho «primeiro parágrafo», porque poderiam estar perdidas no meio do preâmbulo, mas não, é logo no primeiro parágrafo, quando se começa a ler, depois do número e da data do decreto-lei, exposto de forma, diria eu, lapidar, que as encontramos — do decreto-lei, que não foi cumprido!

Srs. Deputados, deixem-me que lhes diga que isto é muito grave, e não estou a dramatizar! Por isso eu dizia no inicio e volto a repetir: nós temos uma questão viária no País e o Governo vai discuti-la, seguramente aqui, mas também com o País, porque o País não sabe o que se passa. O País está convencido de que era verdade o que o então Primeiro-Ministro andava por aí a afirmar quanto aos quilómetros de auto-estradas e de estradas que estavam

concluídos. De facto, eu pasmava, porque percorria o País e não as via, mas admitia que pudessem estar em zonas onde eu não ia. Mas agora percebo porquê. Tem de se dar pela falta de 1705,5 km!

Sr. Deputado Bruno Dias, esta via é prioritária, e eu repetiria o que já disse ao Sr. Deputado Manuel Oliveira. E também manifesto a minha perplexidade relativamente a outras vias extraordinariamente prioritárias e, sem que tal constitua acusação para ninguém, porque isso também não interessa, pergunto como é que pode ter havido tanta ligeireza ou, pelo menos, como é que não houve uma correcta definição de prioridades.

As tantas, o Sr. Deputado disse que o Grupo Parlamentar do PCP se tinha empenhado, em relação a esta via, como em relação a outras, suponho que o Sr. Deputado estava a referir-se aos momentos em que aqui se discutia o Orçamento do Estado e o PIDDAC. E eu acrescentarei, Sr. Deputado Bruno Dias, que o PSD também tinha essa preocupação com esta via. O Sr. Deputado não estava presente, de certo, nessa altura, mas o presidente do seu grupo parlamentar sabe bem que, nesse tempo, tanto as propostas do Grupo Parlamentar do PCP como as do Grupo Parlamentar do PSD não eram aprovadas com o argumento de que «estamos a fazer outras que não essas». Afinal, não fizeram nem aquelas que os senhores e o PSD propuseram nem aquelas outras que diziam estar a fazer. Andámos todos a ser enganados, o que é muito feio e tem de ter responsabilidades!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, a última pergunta desta sessão, sobre os propósitos do Governo quanto à valorização do património arqueológico, que será formulada pelo Sr. Deputado Augusto Santos Silva, do Grupo Parlamentar do PS, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Santos Silva.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura, vou colocar esta pergunta porque estou preocupado, e estou duplamente preocupado.

Estou preocupado com as consequências que estão a decorrer para um objectivo que me parece comum a todos, o da valorização, defesa e salvaguarda do património arqueológico, em virtude da forma como está a ser conduzido o anunciado processo de fusão entre o Instituto Português de Arqueologia (IPA) e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), mas tenho também uma outra preocupação mais ampla, e mal seria que a primeira Sessão de perguntas ao Governo não incluisse uma pergunta sobre o sector fulcral e nuclear para o nosso desenvolvimento da cultura. Mas eu não consigo apresentar nenhuma outra pergunta ao Governo, em matéria de cultura, senão a relativa à fusão dos institutos, por uma razão simples: em mais de mês e meio de exercício de funções não há uma qualquer outra decisão, uma qualquer outra medida, uma qualquer outra iniciativa conhecida, da parte do Ministério da Cultura, senão esta «forçada», a crer nas próprias palavras da Sr.^a Ministra das Finanças, pelo Ministério das Finanças.

Portanto, naturalmente, é sobre esta área que tem de incidir a minha pergunta — bem sei que na passada terça-

-feira, em sede de comissão parlamentar, já tivemos oportunidade de discutir o problema, mas, do meu ponto de vista, o Sr. Ministro da Cultura não apresentou justificação ou fundamentação que colhesse quanto a este propósito. Todavia, o facto de, como o Sr. Secretário de Estado sabe, a bancada do PS ter apresentado várias perguntas e de o Governo ter decidido reter esta enche-me de expectativa positiva, pois pode ser que agora haja a informação que faltou na passada terça-feira, em sede de comissão parlamentar.

Sei que o objectivo é o da promoção da transversalidade, a crer nas palavras do Sr. Ministro da Cultura, mas estamos a falar de iniciativas políticas, de medidas, de decisões e não apenas de uma discussão de orientações filosóficas gerais, por mais importantes que elas sejam e, naturalmente, serão.

Portanto, a pergunta que formulo é relativa aos propósitos, às medidas que o Governo tenciona tomar em matéria de promoção da salvaguarda e valorização do património arqueológico. Ou seja, gostaria de saber, em particular, se o Governo já fez a avaliação do trabalho da administração do património arqueológico conduzido pelo IPA. Se o Governo já sabe quais são as putativas poupanças que decorrerão da fusão prometida. Se o Governo está de acordo, ou não, com a política de regulamentação, de criação dos regulamentos nacionais de trabalhos arqueológicos. Se o Governo concorda com a criação do Centro Nacional de Arte Rupestre e com a sua sedeação em Côa. Se o Governo concorda com a criação de um serviço específico para o acompanhamento dos estudos de impacte ambiental, através do IPA, e com a organização do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática. Por fim, se está de acordo, por que é que extingue o IPA e, se não está de acordo, quais são as outras medidas e iniciativas que vai tomar.

O que eu gostaria de saber é quais são os propósitos concretos, as medidas concretas que o Governo tem em matéria de valorização do património arqueológico e como é que, à luz disto, o Governo explica esta associação pública de indefinições e indecisões em torno do projecto do museu do Côa com o anunciado desaparecimento do IPA.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura (José Amaral Lopes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Augusto Santos Silva, é consensual que o património arqueológico constitui uma das principais fontes de informação e o principal testemunho sobre a actividade do Homem no passado — este é um dado adquirido, consensual e reconhecido por toda a comunidade científica internacional. Por isso mesmo, a sua protecção e gestão devem ser adequadas e elas são, se forem adequadas, indispensáveis para permitir que as gerações actuais e futuras o conheçam cada vez melhor e o integrem no seu quotidiano.

Por conseguinte, o Governo elege, como um dos seus principais objectivos, o envolvimento das actividades públicas e privadas para contribuir para salvaguarda da memória colectiva e identidade cultural do País. Na verdade, quem se dedica a estas matérias conhece e sabe que, nos

países mais desenvolvidos da Europa, os projectos de investigação arqueológica são desenvolvidos prioritariamente pelas universidades e centros de investigação, precisamente porque se considera que a coordenação da investigação é melhor assegurada pelo meio académico e científico.

Esta visão integrada da política do património arqueológico passa também, no entendimento do Governo, pela articulação das actividades do Estado nos domínios da arqueologia e da valorização do património arquitectónico. Aliás, esta visão integrada e articulada não pode ser considerada estranha ou original, porque, na verdade, na maioria dos países da Europa, a arqueologia não é tutelada por um instituto diferente daquele que tem responsabilidades pelo património construído. Como exemplo desta realidade, se calhar a mais conhecida e a mais estudada a nível europeu, pode referir-se o caso francês, em que a *Direction Générale des Antiquités Nationale* assume e integra a arqueologia no âmbito das atribuições relativas ao património. Também em Portugal, ao contrário do que muitos querem fazer crer, a arqueologia nunca deixou de ser competência do IPPAR. De facto, actualmente, a competência para intervir num monumento megalítico, se for classificado, é do IPPAR, mas, se o monumento em questão não estiver classificado, é do IPA. Mais ainda: esta duplicação de atribuições, no actual modelo da administração, tem outras consequências mais absurdas e emperradoras. O IPA, por exemplo, tem competência para autorizar as escavações do subsolo de um monumento, no entanto é o IPPAR que tem competência para autorizar qualquer intervenção nesse mesmo monumento. Por causa disso surgem conflitos, que são do domínio público.

Portanto, deve ser reconhecido que a actividade dos dois institutos é, em regra, complementar e interdependente — é um dado que até a comunicação social já vem a tratar, até à exaustão, ao longo dos últimos anos. Assim, no entendimento do Governo, a existência dos dois institutos separados implica, necessariamente, a duplicação de procedimentos e de meios que deveriam ser geridos de forma mais eficaz na resposta às necessidades.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que conclua, pois esgotou o tempo regimental. No final, terá um tempo global de 10 minutos, podendo, então, completar a resposta, se assim o entender.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Governo considera que a salvaguarda do património arqueológico e a salvaguarda do património arquitectónico não são rivais mas, antes, perspectivas diversas de uma realidade complexa que importa articular.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se, além do Sr. Deputado Augusto Santos Silva, os Srs. Deputados Gonçalo Capitão, Fernando Cabral, João Pinho de Almeida e Luisa Mesquita.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Santos Silva.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura, agradeço os esclarecimentos prestados, com todo o respeito e consideração. Há, contudo, um problema: o facto de ter lido um texto previamente escrito não lhe permitiu responder concretamente à minha pergunta. Ou seja, a pergunta

que formulei não era sobre a fusão entre o IPA e o IPPAR mas, sim, sobre quais os propósitos do Governo em termos de valorização do património arqueológico e como o Governo entende a administração do património arqueológico, pergunta que dissequei nos *item* necessários para que a resposta fosse substantiva.

O Sr. Secretário de Estado abandonou o tema da transversalidade, trouxe o tema das sobreposições, e eu não quero fugir ao tema.

A lógica actual é a seguinte: ao IPA estão atribuídas competências em matéria de estímulo da investigação e do estudo e de salvaguarda do património arqueológico; ao IPPAR estão atribuídas competências em matéria de administração dos sítios arqueológicos; e ao Instituto Português dos Museus (IPM) as competências em matéria de musealização, é isto que explica que o Museu Nacional de Arqueologia esteja sob a superintendência, por exemplo, do IPM.

Pergunta: o Governo vai alterar esta lógica? Por que outra? Qual é a outra lógica alternativa, qual é a outra organização alternativa?

Por outro lado, em matéria de valorização do património arqueológico, não é apenas, evidentemente, o IPA que está em causa, o IPPAR conduziu um projecto muito interessante, do meu ponto de vista, que foi justamente o de qualificação dos itinerários arqueológicos do Alentejo e do Algarve. Terminada a 1.ª fase, pergunto: o que é que o Governo entende fazer? Vai desenvolver a 2.ª fase, como estava planeado? Vai interromper? Vai ficar à espera que se crie o novo instituto? O que é que o Governo vai fazer?

Em matéria do Côa, ficamos a saber que, aparentemente, o Governo se tinha enganado, pois entendia que as determinações do XIV Governo se traduziam na aceitação, pura e simples, de um primeiro projecto, no valor de 12 milhões de contos, apresentado pela empresa que ganhou o concurso internacional para a edificação do futuro museu de arte e arqueologia do Vale do Côa. Na passada terça-feira foi possível esclarecer que XV Governo herdou do anterior um projecto em condições de a obra poder ser adjudicada no valor estimado de 5,7 milhões de contos.

A minha pergunta é esta: a reformulação a que alude o Programa do Governo é a reformulação deste projecto real que o XV Governo herdou do anterior, é uma reformulação no vazio ou é a aplicação da regra que presidiu à decisão da fusão? Como é: «decide-se primeiro, pensa-se depois»?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Capitão.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, para além de lhe dar as boas-vindas a esta Casa, queria dizer que considerei esta intervenção do Sr. Deputado Augusto Santos Silva uma intervenção pertinente.

Queria também dizer, sem qualquer espécie de ironia, que penso que o Sr. Deputado Santos Silva é um homem de craveira intelectual elevada e, portanto, penso que este debate está bem colocado.

Em todo o caso, há aqui um pormenor que não posso deixar passar. Permita-me que lhe diga, Sr. Secretário de Estado, com boa disposição, mesmo relativamente ao Deputado Santos Silva, que às vezes parece que têm um car-

tão que vai «marcando pontos» consoante repetem intervenções sobre o mesmo tema. Estivemos uma tarde a debater este assunto, foram prestados esclarecimentos na Comissão — tem legitimidade a pergunta para ser feita, como é óbvio, e ninguém o contesta —, só que terá sido por inegável *fair play* democrático que o Sr. Secretário de Estado não respondeu por duas vias: por um lado, sobre a situação que encontrou e que agora condiciona toda a reflexão que está a fazer; por outro, foi também por delicadeza, certamente, que não disse que estamos apenas com um Governo há cerca de mês e meio.

Sr. Secretário de Estado, que projecções encontrou para a construção do espaço museológico do Parque Arqueológico do Côa? É ou não verdade que tinham um orçamento relativamente faraónico à escala para este projecto e que tinha até previsões do interpelante para um número de visitantes por ano que só encontra par em monumentos como a Torre de Belém? Penso até que deveria ter vindo com o Secretário de Estado que tem a incumbência de tratar de turismo porque, segundo as previsões anteriores, provavelmente o Algarve ficaria vazio para que as pessoas se pudessem deslocar ao Côa...!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Confirma ou não, apesar disso, que o Governo mantém interesse no desenvolvimento destes e de outros projectos, embora com a noção de que havendo história naquelas pedras não podemos «apedrejar» a coesão do todo nacional.

Sobre as fusões, Sr. Secretário de Estado, vai ou não manter as valências que estão insitas no Instituto Português de Arqueologia (IPA)?

Mais: é ou não verdade que houve bloqueios por causa da separação do IPA e do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR)?

Prevê ou não, como já disse — talvez queira detalhar mais —, a diminuição de burocracias e de custos?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

O que está aqui em jogo não é uma diferença de concepções, ou seja, uma diferença entre uma concepção do Partido Social-Democrata e do Governo, que é apoiado também pelo CDS-PP, em que há que haver retorno e a cultura não pode ficar imune ao todo do País, e uma outra concepção em que parece que ainda vivemos numa corte barroca em que se pode gastar tudo e mais alguma coisa!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Já que falámos hoje de moral, parece-me que o senhor herdou uma concepção do tipo «compromete-se hoje e pague-se no dia de São Nunca».

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, em relação a esta matéria da arqueologia, queria deixar algumas questões que me parece importante serem esclarecidas, uma vez que voltamos a este debate, como disse o Sr. Deputado Gonçalo Capitão.

A primeira, tem a ver com uma realidade que não foi discutida na Comissão, mas que, penso, será do conhecimento de todas as bancadas e do Sr. Secretário de Estado, realidade essa emergente no mundo da arqueologia, que são as empresas que trabalham nessa área e que desempenham também um papel cada vez mais importante não só no escoamento daqueles que saem dos cursos de arqueologia — também esses cada vez em maior número... —, como também na actividade arqueológica no nosso país, cujo papel é já bastante considerável, sendo que hoje em dia são já mais de 20 empresas.

Acontece que a própria legislação no domínio da arqueologia, em várias áreas, não se adequa à existência desta nova realidade.

Nesse sentido, gostaria de saber se da parte de V. Ex.^a e do Ministério da Cultura há ou não abertura para integrar esta nova realidade e, dado que se fala num conselho nacional de arqueologia que eventualmente venha a existir, como é que será integrado, uma vez que estas empresas não estão constituídas em qualquer associação e, portanto, não têm quem as represente.

Por outro lado, gostaria de colocar ao Sr. Secretário de Estado uma questão importante no domínio da arqueologia no sentido de me esclarecer se quem vai executar os trabalhos arqueológicos não vão ser as mesmas pessoas que depois vão fiscalizar essa actividade. O problema é que o que acontece hoje em dia, nomeadamente no âmbito da actividade arqueológica do IPPAR, é exactamente isso, ou seja, quem atribui os trabalhos, quem acaba por fazê-los e quem os fiscaliza é sempre o mesmo «grupo de amigos» e, portanto, nós já sabemos como é que isto depois no fim funciona...

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Não é verdade! É falso!

O Orador: — Sr. Deputado, no sul é um pouco diferente, mas no norte e no centro é, de certeza, assim!

Por último, gostaria de perguntar-lhe, ainda em relação ao IPA e ao IPPAR, se as valências do IPA, nomeadamente em matéria de novas tecnologias e em matéria de extensões, serão utilizadas para que o IPPAR seja muito mais funcional do que é actualmente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, de facto, esta questão já foi abundantemente discutida na última reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e, passados já alguns dias, era natural que hoje o Sr. Secretário de Estado aqui trouxesse, para discussão e esclarecimento, dados que o senhor e o Sr. Ministro não foram capazes de trazer à Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Isso é que era importante, não é repetir exactamente o mesmo, por ausência de dados, que disse na Comissão de Educação, Ciência e Cultura!

Houve coisas que ficaram sem resposta. Foi dito pela Sr.^a Ministra Manuela Ferreira Leite, pelo Sr. Ministro — não foi desmentido pelo Sr. Secretário de Estado — que estamos perante decisões sem sustentação, sem avaliação e sem rigor. Dito de uma forma mais simplista, como disse o Sr. Ministro da Cultura, «paga o justo pelo pecador».

Aquilo que hoje seria óbvio era que o Sr. Secretário de Estado aqui trouxesse o esclarecimento disto mesmo. Mas não! Até porque a pergunta era sobre património arqueológico e o Sr. Secretário de Estado fez questão de sobre esta matéria dizer nada. E dizer nada porqué? Porque para tomar decisões relativamente a organismos como o IPA ou o IPPAR é preciso saber de arqueologia, é preciso saber o que se pretende para o País, é preciso saber o que se pretende valorizar, defender para fazer uma intervenção segura no País que temos. Sobre esta matéria o Sr. Secretário de Estado disse nada e preferiu discutir mais uma vez o IPA e o IPPAR. Mas para discutir mais uma vez o IPA e o IPPAR tinha de trazer dados novos.

Ora, as questões que coloco mais uma vez são estas, Sr. Secretário de Estado: que medidas é que este Governo tem para defender o património arqueológico português, para cumprir a lei que foi aprovada nesta Assembleia da República, a lei de defesa do património, e o que é que o Secretário de Estado da tutela da cultura tem para responder às questões que justificaram a fusão do IPA e com o IPPAR, quais são os objectivos e as funções de um e de outro que determinaram esta fusão e depois, porque me parece que o Sr. Ministro estava preocupado com os trabalhadores do IPA, gostaria de saber se a tutela já pensou o que é que vai acontecer a todos os trabalhadores do IPA que estão em regime precário, facto que preocupa, pelos vistos, também a tutela.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Por manifesto lapso meu, do qual peço desculpa, tinha passado por cima do nome de um Sr. Deputado, que já estava inscrito e que, aliás, tinha sido anunciado.

Nesse sentido, para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Cabral.

O Sr. Fernando Cabral (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, nesta minha primeira intervenção queria saudá-los, bem como a todos os Srs. Deputados.

Obviamente que não podemos falar da valorização do património arqueológico sem falar do museu do Côa.

Este museu tem de ser encarado não só numa perspectiva museológica, como numa perspectiva de desenvolvimento regional. O museu do Côa situa-se numa das zonas mais deprimidas do nosso país, no Alto Douro, a norte do distrito da Guarda. Essa zona tem sofrido, ao longo dos últimos anos, um grande despovoamento e, por isso, este museu tem de ser enquadrado também na perspectiva daquilo que pode trazer em termos de desenvolvimento integrado para toda aquela região do nosso país.

Para além disto, também temos de encarar a intervenção e o museu do Côa numa perspectiva de diminuição do impacte ambiental que foi provocado pelas obras da barragem do Côa, quando elas se iniciaram, e também numa perspectiva de valorização e de possibilitar aos visitantes das gravuras do Côa um acesso mais fácil.

Neste momento, o grande núcleo das gravuras só é visitável através de expedições em jipes todo-o-terreno que

o próprio Parque Arqueológico disponibiliza e não há um acesso pedonal fácil a essas gravuras.

A construção do museu do Côa, implantado no sítio onde está previsto, permite que haja um acesso pedonal a um núcleo de gravuras, que é a Canuda do Inferno, que possibilitaria que o número de visitantes ao Parque Arqueológico do Côa aumentasse exponencialmente.

Sr. Secretário de Estado, a pergunta que gostaria de fazer e o que me apetecia perguntar, em face do que está escrito no Programa do Governo quando fala na reformulação do projecto do Côa, era: quando é que essa reformulação é feita, como e onde é que o museu do Côa vai ser implementado? É porque me parece que não é possível...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

E parece-me que não é possível porque o Sr. Ministro diz que ainda não o conhece. Então, pergunto: porquê a reformulação do projecto, quando o Governo ainda não analisou os estudos que existem?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, por acaso trouxe um documento escrito, por respeito e consideração, porque a pergunta também foi feita por escrito e, como não sou arqueólogo, entendi que estas matérias precisavam de algum estudo para me sentir habilitado e não estar aqui a defraudar ninguém nem a cometer algum erro involuntário.

No entanto, procurei deixar claro que uma das principais tarefas do Governo é, numa primeira análise, gerir adequadamente as estruturas que tem. Também a atitude que o Sr. Ministro teve e que revelou na Comissão foi de encarar tudo o que estava para trás, não fazendo «tábua rasa», mas aproveitando, melhorando, rentabilizando e adequando às realidades actuais do País.

Sobre essa questão dos custos contabilizados aos euros e aos centavos, peço desculpa, Sr.^a Deputada, mas não é isso que está em causa. Já foi feito o estudo? Quanto é que custa? Só se a senhora estiver a pensar ou a defender que o orçamento do investimento na cultura deve diminuir.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Mas eu não disse isso! Falei na avaliação!

O Orador: — O que está aqui em causa em termos de poupança é o que tem de deixar de ser um custo. Ora, o que tem de deixar de ser um custo é o desperdício que resulta — e toda a gente admite isso — da duplicação, da contradição, dos atrasos que sistematicamente resultam da actuação descoordenada dos dois institutos que hoje existem, com prejuízo, em particular, das autarquias.

Por exemplo, quanto às medidas que o Governo já anunciou, e que voltaremos a repetir — e se as pessoas não quiserem ouvir escrevemos e fazemos novo comunicado —, as linhas principais de orientação, repito, serão a descentralização, que implica, como referi anteriormente, a articulação entre as universidades e dos centros de in-

vestigação, ou seja, entre a comunidade científica onde há o saber e o conhecimento para aprofundar uma verdadeira política de desenvolvimento de salvaguarda do património arqueológico. A articulação com o ensino superior passa necessariamente por aí; a articulação com as autarquias passa necessariamente por uma boa política e também — e aí falou muito bem e felizmente que falou nesse assunto — pelo aproveitamento dos recursos humanos dedicados e afectos à arqueologia.

De facto, em cinco anos, desde que foi criado, não houve uma única contratação estável e adequada à legalidade dos funcionários ou técnicos afectos ao desenvolvimento de actividades que asseguram um serviço público do Estado que se chama IPA.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Em cinco anos, nem um! Houve uma tentativa de um concurso, tenho lá o processo, que teve de ser anulado — e foi anulado pelo Ministro — por não estar bem feito. Em cinco anos, não há um único técnico que dedique a sua vida e a sua profissão àquele instituto que tenha a sua situação, eu não digo privilegiada porque não se pode dizer isso, mas, pelo menos, adequada à lei.

Agora, precisamente, nesta altura, o que se está a fazer na reestruturação — e é isso que os senhores depois vão ter de avaliar e julgar, e criticar, naturalmente, se assim o entenderem — é avaliar as realidades das necessidades básicas para a prossecução do serviço público que o IPA deve assegurar. E, então, em função dessas realidades e de acordo com a lei — pois nenhum Ministro, nenhum Deputado, nem sequer o Sr. Presidente da República está acima da lei — e com os procedimentos formais nela previstos, estabelecer os vínculos contratuais adequados a essas situações, tendo em atenção que tudo tem de ser fundamentado, porque se assume que é a prossecução do interesse público.

Nessa matéria, penso que em breve os Srs. Deputados, a opinião pública em geral e os principais interessados, que são os arqueólogos, terão medidas concretas que lhes permitirão programar melhor a sua vida e almejar uma maior estabilidade profissional.

Quanto ao modelo do Côa, o próprio governo anterior sentiu necessidade de alterar o projecto, considerando naturalmente que ele era excessivo e, se calhar, inexequível face à realidade do País. Actualmente, de acordo com informações que não dependem da minha arbitrariedade, discricionariedade ou gosto pessoal, mas que nos são dadas pelas próprias pessoas do IPA, o projecto ainda hoje precisa de ser redimensionado.

Relembro que o projecto actual, deixado pelo anterior responsável, prevê um edifício que implica andares com elevadores, um funicular, o desassoreamento e uma série de outros investimentos em infra-estruturas, cuja própria execução é inviável, quanto mais a sua manutenção em Foz Côa, que nem sequer tem pessoal especializado para a manutenção dos elevadores, da segurança, do ar condicionado — e isto não sou eu que o digo, por auto-recriação, são informações sérias, credíveis, de profissionais e de funcionários do IPA.

Como tal, o estudo está a ser feito por quem tem competência técnica e científica para o fazer e, logo que esteja concluído, o Governo terá obrigação de tomar uma decisão, o que fará e os senhores terão dela conhecimento.

Ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do PP, que perguntou o que iremos fazer em relação ao Centro Nacional de Investigação em Paleoecologia Humana (CIPA) e às extensões territoriais actualmente existentes no IPA, devo dizer que essa questão está a ser analisada e estudada. É um facto que as estruturas existentes têm validade e razão de ser, como é o caso do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS). É claro que um departamento que se dedica à salvaguarda, ao estudo e à defesa do património subaquático faz todo o sentido, em particular num país que tem potencialmente um património subaquático de interesse que importa salvaguardar e estudar, mas tal deve ser regulamentado de forma regular, legal. Essas situações têm de ser enquadradas na legislação de que dispomos e que todos temos de seguir. Não é essa a situação actual, em que há uma precariedade total, pois todos os técnicos que trabalham nessa área são contratados a prazo ou avençados, o que é insustentável. 90% das pessoas que sustentam a actividade do IPA estão há mais de cinco anos numa situação de precariedade. No primeiro ano, no segundo ano, no ano de arranque, seria compreensível, mas ao fim de cinco anos, e dada a importância que parece estar a ser dada, a nível da opinião pública, a esta matéria, o Governo estranha por que é que nada foi feito antes para assegurar a adequação à lei (não estamos a pedir nada de extraordinário) das situações que foram criadas.

O mesmo se passa em relação ao CIPA, que é uma unidade que pode ter toda a razão de ser, mas para a qual não existe sequer previsão legal, não está escrito em lado algum! O anterior ministro, o Prof. Carrilho, disse que era um projecto... Mas um projecto de cinco anos em nome do qual se fazem despesas públicas, desculpem, mas não é projecto em lado nenhum! É uma realidade que não tem a adequada previsão legal; poder-se-á dar-lhe o nome que quisermos, mas o que de facto existe é uma ilegalidade, para não irmos mais longe!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O Sr. Deputado Augusto Santos Silva pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Para defesa da honra pessoal, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Em que é que se sentiu injuriado, Sr. Deputado?

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, na minha qualidade de ex-responsável pela cultura, senti-me ofendido na minha honra pessoal com a referência feita pelo Sr. Secretário de Estado no sentido de que, alegadamente, não haveria qualquer situação laboral legal, regularizada no IPA.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — A honra pessoal é um problema de consciência, pelo que tem a palavra, Sr. Deputado, mas peço-lhe que seja o mais breve possível.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, a minha intervenção será tão curta como a informação que já tive ocasião de prestar anteriormente a propósito de outra situação.

Dos 138 trabalhadores que o IPA tem hoje, 48 pertencem ao seu quadro e 8 são membros do pessoal dirigente. Como tal, não é verdade que mais de 90% — para usar a expressão do Sr. Secretário de Estado — dos trabalhadores do IPA estejam em situação irregular e também não é verdade que não tenha sido feita nenhuma regularização de pessoal ao longo de cinco anos. Essa regularização foi feita, gradativamente, e o Sr. Secretário de Estado tem toda a informação necessária para corroborar esta minha afirmação.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, dispondo para o efeito de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Augusto Santos Silva, eu não disse «toda a gente», mas sim «a maioria dos trabalhadores do IPA», e a informação de que disponho provém, segundo creio, dos dirigentes nomeados por V. Ex.^a, quando era Ministro, que me pareceram pessoas competentes e dignas. Eles dizem o seguinte: «O IPA nunca estabilizou o seu quadro de pessoal. Em cinco anos, nem os concursos para funcionários foram bem realizados e o próprio governo anterior teve de os cancelar. Este quadro contribuiu para a situação actual, que angustia muitos destes funcionários e que integra a ampla lista de protestos da Associação Portuguesa de Arqueólogos junto do IPA».

Assumo aqui o compromisso de enviar a lista dos técnicos vinculados precariamente ao IPA para a bancada do PS avaliar se estou a cometer alguma inverdade ou a dizer alguma coisa que seja mentira!

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Não é preciso, pois já corrigiu!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, chegámos ao final desta longa sessão de perguntas.

A próxima reunião plenária realizar-se-á na quarta-feira, dia 29, às 15 horas, constando a ordem do dia de uma interpelação ao Governo promovida pelo Bloco de Esquerda sobre a política do audiovisual e o futuro da RTP e do serviço público de televisão.

Muito bom fim-de-semana!
Está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados não presentes à sessão, por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
Carlos Alberto Rodrigues
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

Manuel Filipe Correia de Jesus
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
Maria Teresa da Silva Moraes
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
Ana Maria Benavente da Silva Nuno
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Júlio Francisco Miranda Calha
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis
João Eduardo Guimarães Moura de Sá
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José Manuel de Lemos Pavão
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
Melchior Ribeiro Pereira Moreira

Partido Socialista (PS):

António José Martins Seguro
Carlos Manuel Luís
Gustavo Emanuel Alves de Figueiredo Carranca
Jamila Bárbara Madeira e Madeira
João Cardona Gomes Cravinho
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luis Manuel Carvalho Carito
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque

Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 2,00